

o grande tema

Turismo e Desenvolvimento Local na BIS

08

Jan. Fev. Mar.

08


viver
vidas e veredas da raia

director: António Realinho
publicação trimestral
distribuição gratuita

No Pilar de um portão de acesso a uma propriedade agrícola e pecuária dos arredores da Zebreira, pintada por mão “de artista” sobre azulejos brancos, fomos descobrir a imagem que abaixo reproduzimos. Deixamos a apreciação da “esperteza” da pergunta aos estimados leitores!



António Realinho
Director da ADRACES



FISHEYE

Os segredos do nosso isolamento

Nem todos os ditados populares devem ser tomados rigorosamente em consideração sempre que se trate de fazer progredir a nossa vida. Um deles é aquele que diz: -“o segredo é a alma do negócio”. Sei bem que esta coisa do “segredo ser a alma do negócio” é um conceito profundamente enraizado na nossa cultura popular.

Acontece que, quando aplicado de forma sistemática a nível pessoal, familiar, empresarial e até na governação pública, o segredo funciona como uma muralha à nossa volta, dificultando todo o contacto com o exterior, quer seja negativo ou positivo. O segredo, embora nos dê uma aparente sensação de segurança, de auto-defesa, limita-nos às nossas próprias capacidades e competências, isola-nos, e impede-nos de beneficiar das experiências e conhecimentos dos outros para a resolução dos nossos próprios e “secretos” problemas.

Esta reflexão, caríssimas leitoras e leitores, acontece em consequência de observações que me têm sido feitas ultimamente, a propósito das dificuldades sentidas por pessoas que ousaram investir em pequenos ou médios empreendimentos turísticos ou outros, e que acabaram por desistir face às burocracias e exigências normativas desadequadas ao ritmo de concretização exigido pela rentabilização do investimento feito.

Na maioria dos casos, os investidores também guardaram segredo da sua iniciativa e tentaram resolver sozinhos as dificuldades com que se foram deparando.

Ao perguntar, porquê não recorreram a nós – ADRACES – a maior parte não soube apontar claramente

uma razão, alguns disseram que, como não se tratava de pedir financiamentos, pensaram que a ADRACES não as podia ajudar!

Nunca é tarde para perceber a verdadeira razão das coisas. De parte a parte, parece ter-se instalado a ideia de que a ADRACES, como Associação de apoio ao Desenvolvimento Local da Beira Interior Sul – BIS, é vista como mero gabinete de gestão de financiamentos de fundos comunitários. Bate-se a esta porta para... em linguagem simples... pedir dinheiro!

Quando se precisa de Conselho e Apoio experiente em todas as áreas relativas à concepção e gestão de projectos, de acompanhamento facilitador dos trâmites burocráticos e legais, de animação até psicológica e moral para vencer as dificuldades, não se pensa nas competências dos técnicos da ADRACES! É frustrante que assim seja, e mais frustrante ainda será se verificarmos que, também nós, involuntariamente, possamos ter concorrido para que assim se pense.

Nunca é tarde para fazer melhor. Acabemos com os “segredos” que criam as barreiras do nosso isolamento. Procuremos entre nós todas as ajudas e complementaridades possíveis para que, entre vizinhos da BIS, possamos concretizar melhor e mais facilmente os nossos anseios e projectos. Fica dito... a ADRACES tem as portas abertas para quem dela necessita, mas é necessário entrar e expor, com frontalidade diremos do que somos capazes.

A revista VIVER que, como instrumento da ADRACES está ao serviço do Desenvolvimento Local da BIS, serve, nesta oportunidade, para estimular a necessidade duma maior articulação e entreeajuda entre todas as instituições e pessoas existentes nos quatro Municípios que configuram o território da Beira Interior Sul – BIS. ☼



ADRACES

- | | |
|---|---|
| <p>01 DO DIRECTOR
Os segredos do nosso isolamento</p> <p>03 DO EDITOR
Qual o “local” do nosso desenvolvimento?</p> <p>04 TRIBUNA DA CIDADANIA
Octávio Catarino, um cidadão apaixonado pela sua Terra
Enquanto o Octávio for vivo... O “Cobraão” viverá!</p> <p>07 TEM A PALAVRA
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia dos Escalos de Baixo</p> <p>08 ONDAS CURTAS EUROPEIAS</p> <p>10 GRANDE TEMA
Turismo e Desenvolvimento Local na BIS</p> | <p>23 AO SABOR DA PENA</p> <p>29 CAMPO DA IRONIA
Os fantasmas não fazem a barba</p> <p>32 OS NOSSOS PARCEIROS</p> <p>36 NÓS ADRACES</p> <p>37 TEORIAS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL</p> <p>39 QUIOSQUE DA BIS</p> <p>42 MORREU O DIPLOMATA DO DL</p> <p>43 SENTIR A BEIRA
Turismo e Desenvolvimento Local</p> |
|---|---|

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho § **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães § **Editor-Geral:** Camilo Mortágua § **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós § **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão § **Director Comercial:** Luís Andrade
Produção Gráfica (Paginação / Impressão): Isto é, comunicação visual, lda - Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 - 4000-485 Porto § **Colaboradores:** Abel Cuncas, Aida Rechená, Ana Paula Fitas, Andrade Santos, António Salvado, Armindo Jacinto, Carlos Rosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Guilherme Pereira, Inês Pedrosa, João Mário Amaral, Joaquim Alberto, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lopes Marcelo, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Marta Alves, Paulo Pinto, Pedro Lino, Rui Morais, Sandra Vicente, Sílvia Vale § **Capa:** Adriano Rangel

Depósito Legal: 243365/06 § **Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** 124952 § **Propriedade:** ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul - Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 · Fax. +351-272540209 § **Número de Identificação Fiscal (NIF):** 502706759 § **Sede da Redacção:** Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão § **E-mail:** viver@adraces.pt § **Periodicidade:** Trimestral § **Tiragem:** 4.000 exemplares



FISH-EYE

Qual o “local” do nosso desenvolvimento?

Desde que se começou a falar em Desenvolvimento Local, em França nos inícios dos anos oitenta do século passado, que a discussão sobre a definição do que seria “Um local de Desenvolvimento” se tem mantido acesa e actual, sem que, em nosso entender, se tenha chegado a uma definição internacionalmente consensualizada. De país para país, as compreensões sobre o que de facto possa ser entendido como “Desenvolvimento Local” variam muito. A maior das diferenciações verifica-se entre os países de origem latina e os de matriz cultural anglo-saxónica.

Ao debruçar-nos sobre a preparação deste número da VIVER, tendo por grande tema o turismo e as mais aconselháveis estratégias para a sua valorização em favor do Desenvolvimento Local da BIS, a questão do “LOCAL”, sempre recorrente, insinuou-se, mais uma vez, como questão a ser chamada para esta conversa com os leitores.

O Eng. Goulart Carrinho, um Homem bom e inteligente, primeiro responsável pelo programa LEADER em Portugal, fez doutrina ao insistir que “UM LOCAL de Desenvolvimento é um espaço a geometria variável (grande ou pequeno), onde a maioria das pessoas que nele habita, é capaz de chegar a acordo sobre objectivos comuns e sobre a forma de os alcançar” – nós pensamos que esta é a melhor das definições sobre

(O “LOCAL” do Desenvolvimento Local). Por isso nos dedicamos, com obstinada persistência, à tarefa de ajudar a criar as condições para que a Beira Interior Sul – BIS possa vir a ser um “LOCAL” de Desenvolvimento.

Para que tal possa vir a acontecer (longo será o caminho), sentimos ser necessário conhecer-nos muito melhor, de Monfortinho a S. André das Tojeiras, de Meimoa à Foz do Cobreão, de Salvaterra do Extremo ao Ninho do Açor, de Aranhas a S. Vicente da Beira, de um extremo ao outro da BIS, governantes e governados irmanados pelo propósito comum de desenvolver a Beira Interior Sul; tudo teremos a ganhar se soubermos melhor “juntar os nossos trapinhos” por uma causa comum.

Para que possa haver desenvolvimento, a palavra-chave é “UNIR”. “SEPARAR” é a palavra-chave do subdesenvolvimento!

Desde o aparecimento do Programa LEADER, já lá vão uns largos 15 anos, que a importância do turismo para o Desenvolvimento Local em espaços rurais foi bem identificada.

Bem cedo se chegou à conclusão, quer na Comissão Europeia, quer nos Estados membros, que o turismo era um vector indispensável ao Desenvolvimento Local em meio rural. Em alguns casos, chegou-se ao exagero de o considerar a via salvadora do declínio dos territórios rurais! Acabou



Camilo Mortágua

Editor-geral
camor@sapo.pt

por prevalecer o bom senso de considerar que o turismo, lato senso, como actividade compósita de todas as actividades naturais e humanas, é indispensável ao D.L., como elemento aglutinador de todas as potencialidades de um território, mas... impotente ou frágil, quando destinado a utilizar apenas algumas dessas potencialidades e a servir apenas os interesses de alguns. ❁



ADRACES

Que diabo Homem, o que é que o prende à Foz do Cobrão?

“Às vezes fico horas e horas sentado numa pedra a contemplar a paisagem, e, sem dar por isso, qual super-homem, transformo-me em Grifo com cabeças de águia e corpo de Leão sobrevoando cumes e falésias, e tal como reza a lenda, imagino-me construindo ninhos de ouro por entre as fendas rochosas do nosso dourado rio, noutros tempos também chamado de “Rio do Ouro”, hoje simplesmente Ocreza. E assim, transformado em Grifo, por aqui tenho que ficar para defender os nossos ovos de ouro dos ataques desse mortal inimigo dos Grifos, o Basilisco (a grande serpente de coroa dourada) o tal “Cobrão” mitológico que só teme o canto do galo. É por isso que, enquanto o Cobrão existir, os grifos não podem abandonar estes cumes e vales!”

Já vejo que está inspirado!

Sempre que aqui chego, inspiração não me falta... olhe, inspiração e saúde, graças a Deus. Vou a Lisboa de fugida quando o centralismo o exige, mas, logo que a cabeça começa a doer, abalo p'raqui. Aqui nasci há 70 anos feitos e, embora tenha andado por outras bandas, nomeadamente pela capital, sempre que podia, cá voltava. Se a mente não variar, por aqui vou morrer.

Conte-nos lá essa história dos amigos do Cobrão

A história do “Grupo de Amigos da Foz do Cobrão”, embora tenha quase a idade que tinha Cristo quando o pregaram na Cruz, conta-se em poucas palavras. Foi em 66, na continuação duma “conversa petisqueira”, que se fundou informalmente o Grupo. Depois, em 95, transformou-se em Instituição de Solidariedade Social – IPSS, passando a chamar-se “Grupo de Amigos da Foz do Cobrão e do Sobral S. Fernando”. No início era um grupo pequenino dinamizado por um dos seus primeiros animadores, o Senhor Francisco Cargaleiro, pai do Manuel Cargaleiro. Os outros, éramos apenas uma meia dúzia: eu, o Manuel Carrilho, o Major António Catarino, e mais alguns. Resolvemos então criar o grupo de amigos numa reunião no Bairro da Serafina, onde estiveram 14 fozenses, já lá vão 40 anos. A sede do grupo ainda chegou a funcionar na Casa da Comarca da Sertã, por empréstimo.

Formámos o grupo com objectivos muito precisos:

- a) construir a ponte sobre o Ocreza;
- b) manter as festas tradicionais;
- c) dar a conhecer a Aldeia e recuperar as tradições locais.

Estes objectivos foram plenamente alcançados e, em muitos aspectos, ultrapassados. Mas, o início foi difícil. Foi o Manuel Cargaleiro que pagou do seu bolso os estudos para a construção dos acessos à ponte! Este era o nosso grande objectivo, era preciso acabar com a “barca do Ocreza” onde só não morreu gente, por muita sorte.



PEDRO MARTINS

*Octávio Catarino,
um cidadão apaixonado
pela sua Terra*

Enquanto o Octávio for vivo... O “Cobrão” viverá!

Enquanto trabalhei lá em Lisboa, até 1993, todo o tempo disponível era dedicado a esta minha namorada, “a Foz do Cobrão”.

Coitadinha, já esteve quase a desaparecer, mas, com o nosso amor e dedicação, ganhou novas forças e hoje, embora ainda em convalescença, já olha o futuro com alguma esperança. O trabalho para a salvar, meu e dos amigos, quase não me deixou tempo para arranjar outra namorada, aquela com quem me casei em 66.

Após a reforma, decidi inverter as situações, é aqui que passo a maior parte do meu tempo, é aqui que tenho prazer em viver, é aqui que me sinto útil aos meus conterrâneos, são eles e a família as minhas principais motivações para viver com alegria.

Mas... não vá sem esta que lhe quero dizer. Dei e continuarei a dar tudo quanto posso pelo progresso da minha terra e pelo bem-estar destes poucos habitantes, por isso, estou agradecido, sinto-me plenamente recompensado; a paz, a saúde e o prazer de a contemplar recompensam largamente todos os dias e anos que lhe tenho dedicado. ☘



ADRACES

De pequenino...

De pequenino é que se dá a forma ao pepino, ao pepino, e ao menino, para que venha a ser bom cidadão. Assim foi com o Octávio Sotana Catarino.

Começou por ser “mandarete” do encarregado do estudo das fundações da Barragem do Alvito, a tal que, como D. Sebastião, ainda hoje anda perdida no nevoeiro. Esteve quase para ficar a dar continuidade aos negócios do Pai que lhe achava jeito, tanto para os da mercearia, como até mesmo para os da “candonga da lã,” quando alta madrugada tocavam as mulas, bem carregadas, por aqueles carreiros pedregosos até aos Cebolais, onde havia sempre quem comprasse por bom preço.

No seu tempo de criança ainda a fábrica dava emprego a muita gente e sustentava a economia da Aldeia. Desde tempos antigos que as “águas cantantes” dos ribeiros e rios da Foz do Cobrão atraíram quem precisasse da sua força para fazer andar as rodas motrizes das fiações e dos moinhos. Nesse tempo a Aldeia chegou a ter quatrocentos habitantes, hoje não chegam aos 80, porém, o Grupo de Amigos da Foz do Cobrão – GAFOZ conta com mais de 400 associados. Naquele tempo havia muitas actividades, numa

noite chegou a ganhar nove contos de reis! Aos 17, já sem a fábrica e com a Aldeia a ver partir a sua gente, o Octávio também partiu.

Foi para Lisboa trabalhar para o mesmo patrão que fazia os estudos da barragem. Aos 30 entrou para o Banco de Portugal, recomendado como pessoa de absoluta confiança, foi trabalhar para a secção de “valores”. Por lá ficou até 93. Também ali teve que dar uso à sua “veia” cívica. Como delegado sindical enfrentou os tempos socialmente conturbados do pós-25 de Abril sem nunca trair a confiança dos seus colegas, esforçando-se por ultrapassar com mútuo proveito a exacerbada conflituosidade da época. Ao reformar-se... ainda passou dois anos como seccionista voluntário no atletismo do Sporting antes de “assentar praça” cá na Aldeia, para a servir, benevolamente, como principal animador dos Amigos da Foz do Cobrão. Como nos disse à despedida “Grande é a riqueza de quem serve... servindo, aprendem-se as muitas pequenas e simples experiências de vida, de que são feitas a consciência dum cidadão”.

Lá ficou o Octávio, qual Grifo, cabeça de águia e corpo de Leão, a guardar o “Ouro” do Ocreza.

Na volta, ainda encontramos a tia Maria Ribeira, que nos perguntou em tom peremptório: — Não vos conheço...que fazem por aqui?

— e a **Senhora?**

— eu sou daqui, da Foz do Cobrão,

terra de rara beleza

Tem a sul o Ribeiro

E a norte o Ocreza. ☼

*Freguesia de Escalos de Baixo
Vítor Fazenda, 52 anos*

“Perspectivo um lar para os mais velhos e um loteamento para a juventude”



Natural, residente e casado nos Escalos de Baixo. Durante mais de cinco anos trabalhou no Instituto Nacional de Estatística, em Lisboa, mas ditou o destino o seu regresso precoce à Região de origem. Entrou na DRABI, Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior. Neste momento, encontra-se na Mobilidade Especial à espera de recolocação. A autarquia apareceu em 1979, quando se inscreveu pela primeira vez numa lista. Esteve três mandatos como secretário. Como presidente conta outros três. Tem estado sempre ligado às colectividades e instituições da freguesia, desde a Comissão Instaladora do Centro de Dia até a diversas participações nos órgãos sociais do Grupo Desportivo.

Caracterização da freguesia?

Em 1981/82 tínhamos mais de 1200 pessoas. Em 2001, já não chegávamos a mil. Apesar de se situar a 10/11 quilómetros de Castelo Branco, com óptimos acessos e óptimas condições, os Escalos de Baixo debate-se há muitos anos com o problema grave da falta de terrenos para construir. Para colmatar essa deficiência, a Junta, já há mais de quatro anos, comprou um terreno, chamado de Pateiro. Este terreno tem capacidade para cerca de 70 lotes, mas queríamos arranjar, numa fase inicial, com apenas 20. No entanto, temos o projecto global, digamos assim, mas faltam-nos os específicos. Só o das águas pluviais demorou um ano. Este loteamento permitir-nos-ia, se não captar mais pessoas, pelo manter os jovens que restam. As crianças ainda vão existindo. Mas já tivemos mais. Instalámos agora computadores aqui na sede da Junta e, brevemente, sobretudo nos fins-de-semana, a malta nova vai poder ter acesso à Internet. Três adultos já se disponibilizaram para estar com os miúdos. É óptimo ver o desenvolvimento da cidade de Castelo Branco, mas o reverso da medalha

é cruel: os efeitos colaterais passam pela desertificação das freguesias em redor.

Como é que estão de apoio social aos mais idosos?

Temos o Centro de Dia, que funciona todo o ano, incluindo sábados e domingos, e que presta igualmente apoio domiciliário. E agora estamos a construir um lar. A obra é do Centro de Dia. Esteve parada durante algum tempo, agora está a colocar-se a cobertura. Vamos lá ver se há pernas para dar seguimento à obra. É uma obra muito cara, o estudo económico-financeiro aponta para um espaço capaz de albergar 45 utentes, mas acho que pode ir até aos 50.

E potencial turístico?

Temos o rio Ponsul, mais vocacionado para a pesca desportiva, e temos a caça. Dispomos de uma associação de caça e pesca, que traz muita gente de fora, sobretudo do Norte. E são assíduos. Sente-se a sua influência nas poucas estruturas empresariais da freguesia, sobretudo a nível do enchido, do queijo, da azeitona. A caça é capaz de ser a actividade

que mais movimentava o mercado dos produtos agrícolas e regionais, tirando a praça em Castelo Branco.

No que toca às festas de Agosto, está muito complicado. Os orçamentos começaram a atingir valores exorbitantes. A maioria dos indivíduos indicados para integrar a comissão deste ano não aceitou. O problema é mesmo a falta de dinheiro que afasta as pessoas da organização, porque os jovens até se continuam a interessar muito pela festa da terra. E a nossa festa atrai sempre milhares de pessoas. E é também uma maneira de trazer à terra os naturais que estão emigrados. Esta festa é um aglutinador de famílias. Para além da parte recreativa, tem esta componente social importante.

Qual o seu maior sonho enquanto presidente de Junta?

Não penso em sonhos, mas sim em objectivos. Perspectivo dois essencialmente: conseguir levar a bom porto a construção do lar para os mais velhos e o loteamento do Pateiro para a juventude.

E gostava de ter aqui um grupo de teatro. A parte cultural dos Escalos de Baixo é muito desmotivadora. Infelizmente, os miúdos estão a ter o mesmo tipo de vida que tinham os seus pais. É copos e café. Com o apoio da Câmara e da Junta de Freguesia, conseguimos criar para eles um Grupo Desportivo com boas instalações. Infelizmente, há dois anos que está sem actividade, porque ninguém lhe pega. ☹

Texto: **Filipa Minhós**

Foto: **ADRACES**

A reforma do Orçamento Europeu



ADRACES

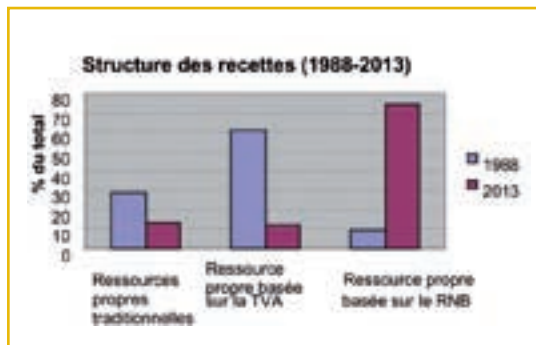
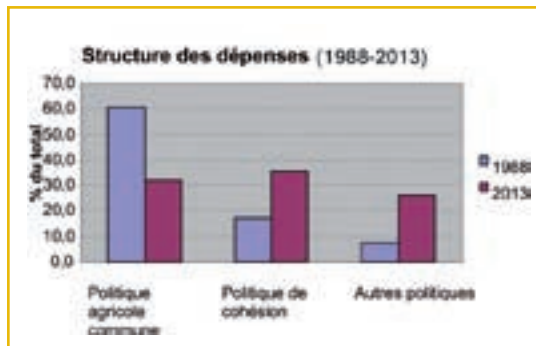
A Comissão Europeia (Comissão das Comunidades Europeias) emitiu no passado mês de Setembro (12-9-2007) uma importante comunicação pública sobre: – A reforma do orçamento europeu para mudar a Europa.

O objectivo essencial dessa comunicação era o de dar início a um processo de discussão pública destinado a ajudar a Comissão a reexaminar as virtudes ou defeitos do presente orçamento, de forma a ir perspectivando as correcções a introduzir, se necessário a partir de 2009, mas e sobretudo, para o período que se iniciará em 2014.

Acompanha esse documento (comunicação), um questionário a preencher por todos os cidadãos interessados em emitir opiniões e sugestões sobre as correcções a introduzir no futuro orçamento da U.E. (os interessados na sua consulta podem fazê-lo através da Internet no sítio <http://blogs.ec.europa.eu/grybauskaite> ou solicitando-o à apure@adraces.pt.

Os gráficos editados nesta página têm origem no citado documento. Neles se pode já observar as grandes mudanças em perspectiva, tanto a nível da estrutura das receitas como, e sobretudo, na afectação às despesas.

Pensamos que, como Europeus e contribuintes para o orçamento da U.E., também nos deve interessar acompanhar como se está pensando aplicar os recursos comuns. ☼



Carta de Paris



ADRACES

Este ano, como todos os anos anteriores, voltou a haver em Paris aquilo a que os franceses chamam a maior feira de agricultura do mundo. Mais uma vez bateu todos os recordes de entradas.

Eu creio que esta feira já foi de facto a maior do mundo. Mas agora não o é. Agora é um local aonde as pessoas da cidade vão fazer turismo. Vão ao campo sem sair da cidade. É talvez a única oportunidade que muitos milhares de crianças têm de ver um animal vivo. Bois, porcos, ovelhas, galinhas, coelhos. Os únicos animais que se vêem vivos nesta cidade são os cães, os gatos e alguns cavalos (mais os pombos e os pássaros – e também os ratos e as baratas). A feira, agora, funciona mais como um museu para turistas. Um museu vivo e temporário (na última semana de Fevereiro), mas um museu. Este ano, embora tenha aumentado o número de visitantes, baixou o volume de negócios.

E eu dei comigo a pensar que talvez pudesse fazer parte da solução para manter e aumentar as possibilidades económicas das nossas zonas rurais do interior, apresentar as nossas aldeias como lugares onde vivem e trabalham pessoas, mas também como museus vivos e permanentes e (usando a palavra na moda) interactivos: onde fosse possível viver a vida dos habitantes das aldeias durante alguns dias do ano.

Creio que isto seria possível sem investimentos avultados, mas com muita imaginação, (principalmente a nível de habitação e de actividades com carácter colectivo). Talvez não fosse impossível que uma quantidade muito significativa das pessoas que vivem nas cidades e que agora passam as suas férias nas praias, as fossem passar nas aldeias, participando durante alguns dias por ano na vida e nos trabalhos do campo. Suponho que todos teríamos a ganhar, quer os que vivem e trabalham nas aldeias, quer

os que vivem e trabalham nas cidades. Mas, claro, a dose de imaginação e de persistência teria de ser muito elevada, porque não será fácil transformar em pouco tempo os hábitos adquiridos ao longo das últimas décadas.

Creio que as pessoas das aldeias têm muitos e bons exemplos para mostrarem às pessoas das cidades, dos quais destaco dois: o consumo de bens necessários, que fazem falta para viver uma vida melhor (e não comprar coisas para as deitar fora ainda novas e em seguida não ter dinheiro para as coisas que são necessárias); e o sentido da solidariedade, quer entre os que têm mais e os que têm menos, quer entre os mais velhos e os mais novos (e vice versa).

Também as pessoas das cidades têm muitos e bons exemplos para mostrar, como a vontade de progresso, o não ficar parado no tempo, o não ficar à espera que os outros venham resolver os nossos problemas, etc.

Os ricos já perceberam que as férias no campo não são inferiores às da praia. Por isso fizeram e continuam a fazer campos de golfe e grandes pousadas no interior rural.

Mas não é este tipo de férias que eu estou a imaginar. O que eu estou a imaginar é que os não-ricos que habitam as cidades possam aproveitar alguns dos poucos dias de folga que têm em cada ano para viverem de maneira diferente (e que eu creio mais humana), a fim de se alimentarem para mais um ano de bichas, de concorrência, de correrias, de stress. E isto não se consegue nas nossas praias super lotadas.

Infelizmente, os nossos emigrantes, que durante tantos anos tinham o óptimo hábito de passar as férias na sua terra natal com a família, estão cada vez mais a comprar casa na praia e, conseqüentemente, a passar as férias na praia e não nas terras de origem. Muitos fizeram isso porque nas suas terras sentem-se estrangeiros quando lá vão. São estrangeiros nas terras onde vivem e trabalham, e sentem-se também estrangeiros nas suas terras de origem, à medida que os anos vão passando. Por isso fogem para sítios onde toda a gente que lá está é estrangeiro. Quando todos são estrangeiros ninguém se considera como tal.

Suponho que uma tomada de consciência sobre isto poderia ajudar as pessoas a não irem simplesmente atrás das modas, mas a fazerem as coisas mais por escolha consciente. ☸

Que estratégias para um Turismo que sirva o Desenvolvimento Local da BIS?

Nesta Europa do pós-Guerra, consolidada a Paz, desde a década de 60 que a importância das actividades turísticas na acumulação de riqueza e na dinamização das economias dos países europeus não tem parado de crescer.

Portugal, país bafejado pela natureza com excelentes e atractivas condições naturais para o exercício e desfrute de uma gama muito diversificada de práticas turísticas, tem tentado, nem sempre da melhor maneira, mas com algum sucesso, captar fluxos turísticos algumas vezes desajustados da conservação dos seus recursos naturais e histórico-patrimoniais.

Condicionados pela “apetência dominante do mercado turístico”, também nós temos vivido excessivamente, e quase que em exclusivo, do produto “Praias”!

Essa mesma atracção dominante pelo “sol e mar” encaminhou os benefícios da actividade turística quase exclusivamente para as zonas “litorais”, estimulando a construção desenfreada de alojamentos e infra-estruturas públicas nessas zonas de afluência massificada de turistas, acentuando dessa forma o desinteresse pelo investimento nas “zonas interiores” e, conseqüentemente, o despovoamento profundamente assimétrico dos territórios.

O “Turismo”, lato senso, tem sido ao longo das últimas décadas, o sector da actividade humana com maiores efeitos induzidos no despovoamento do Mundo Rural Europeu, em particular nos Países ribeirinhos, quer do Atlântico, quer do Mediterrâneo.

Finalmente, parece que se anuncia o alvorecer de um novo ciclo. O início deste novo século traz-nos repetidos sinais do crescimento consolidado de novas “apetências turísticas” a corresponderem ao desenvolvimento de novos conceitos sobre a conservação da natureza deste Planeta. A Terra, e não apenas o mar, com tudo o que ela contém de infinitamente grandioso e belo, também começa a interessar turistas... o que é natural!

Um membro do antigo Observatório Europeu do Mundo Rural, afirmava com grande convicção que:

- “Turismo é: organizar, promover e vender e comprar a DIFERENÇA. Os turistas são pessoas que se dispõem a comprar momentos e sensações/emoções de vida que sejam diferentes daqueles que constituem as suas rotinas quotidianas.

- Se assim for, como as rotinas quotidianas da grande maioria da população europeia e mundial de hoje se passam em ambientes hiper-urbanizados e litoralizados, é normal que queiram procurar a **diferença** no interior da natureza terrestre, “no interior da Mãe”, desfrutando e extasiando-se com imensa variedade escultural, natural e construída, mineral e vegetal, que a natureza e os homens nos legaram.

O Rural, o Rupestre, os lugares de comunhão com o silêncio e a beleza intemporal e perene (para cada um dos nossos tempos de vida) das maravilhas que constantemente nos cativam e surpreendem; estes espaços íntimos do corpo da Mãe Terra estão atraindo a atenção e o interesse da Humanidade, dando a quem quotidianamente os habita a oportunidade de neles poder continuar a viver com a dignidade que merecem. ☘

C.M.

Que a NATURTEJO, com a cooperação de todos nós, seja capaz de aproveitar esta grande oportunidade para trazer mais vida e melhores condições materiais para viver nas comunidades rurais da BIS, são os nossos constantes e firmes desejos. Dentro das possibilidades que são as nossas, e em obediência ao mandato que presidiu à nossa constituição, aplaudindo e criticando, se for caso disso, podem contar com o nosso empenho e ajuda para que os nossos objectivos comuns possam ser alcançados.



Dr. João Andrade Santos
Presidente da Região de Turismo de Évora

Aprendendo com os outros

Turismo e Desenvolvimento Local Reflexões sobre algumas experiências no Alentejo

INTRODUÇÃO

O arranque da actividade turística no Alentejo tem cerca de vinte anos, e o ponto de partida pode ser associado à atribuição pela Unesco da classificação de Património da Humanidade ao Centro Histórico de Évora, em finais de 1986. É a partir daí que surgem os primeiros empreendimentos de turismo no espaço rural nesta região, que se lançam novos projectos de hotelaria, que se instalam novas Pousadas Históricas, que se criam Regiões de Turismo em Évora e Beja. A oferta turística no Alentejo afirma-se com uma imagem de autenticidade, de ligação à forte identidade regional, que se articula com a qualidade com que se procura marcar a venda dos serviços turísticos e a sua promoção.

Vinte anos volvidos sobre o arranque do processo, o Alentejo vende mais de dois milhões de dormidas na hotelaria, nos turismos rurais, nos parques de campismo, e as receitas da actividade nos seus diferentes segmentos é estimada em cerca de 250 milhões de euros. A estrutura empresarial é constituída por micro, pequenas e médias empresas, que cobrem praticamente todo o território do Alentejo. Mas o que se desenha no horizonte, como forma de evolução deste processo, é a implantação de algumas dezenas de grandes empreendimentos imobiliários, particularmente nos cinco concelhos do Alentejo Litoral, e no regolfo do Alqueva, configurando uma ocupação urbana do meio rural de contornos ainda mal definidos, mas beneficiando aparentemente de todo o apoio governamental.

É no quadro desta evolução que pretendemos situar as reflexões que se apresentam a seguir.

RURALIDADE E MONUMENTALIDADE

A ruralidade e a monumentalidade são os dois traços que melhor caracterizam a oferta turística desta Região, em que o passado de uma economia predominantemente ligada à terra ainda não desapareceu dos traços de identidade,

num território em que o património construído de natureza militar, religiosa ou civil – e dentro destes, da arquitectura rural – ainda estão preservados, e constituem uma forte realidade nos campos, nas aldeias, nas vilas e nas cidades.

Impunha-se, portanto, que os resultados da actividade turística que se desenvolvia no Alentejo não viessem a beneficiar exclusivamente as cidades em que se situavam os equipamentos hoteleiros e os estabelecimentos de restauração e bebidas, mas também pudessem trazer efeitos ao meio rural e aos seus aglomerados, sob a forma de oferta de serviços, postos de trabalho, vendas de produtos locais, e riqueza criada servindo directamente os habitantes.

O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

O desenvolvimento da rede de casas de turismo no espaço rural foi rápido, no Alentejo. A primeira abriu as suas portas nos arredores de Évora, em 1987, e actualmente são mais de 170 unidades, assegurando perto de 120.000 dormidas por ano. E o parque continua a crescer.

Esta rede tem-se revelado da maior importância para levar a actividade turística a muitos concelhos alentejanos que, de outra forma, teriam dificilmente capacidade para mobilizar forasteiros. Mas os impactos da actividade destas microempresas no meio rural, e particularmente nas aldeias, são por vezes inferiores ao que seria desejável, por falta de ligações articuladas e sistemáticas com esses aglomerados.



PEDRO MARTINS

TURISMO ACTIVO, TURISMO DE NATUREZA

O desenvolvimento do turismo de natureza e do turismo activo na região alentejana é um fenómeno mais recente. Foi em 1996 que se realizou em Monsaraz o primeiro encontro sobre o turismo de natureza no Alentejo, região que já contava nessa altura com mais de uma vintena de pequenas empresas de animação turística, que desenvolviam estas actividades essencialmente no meio rural, e contribuindo para o dar a conhecer e valorizar, não só nos aspectos paisagísticos, mas também a nível dos produtos locais, e da gastronomia.

Não obstante, esta actividade continuava, de certo modo, a surgir “de fora para dentro”, não envolvendo a maior parte das vezes os habitantes do meio rural, e particularmente das aldeias, como agentes activos do processo.

APROFUNDAR A INTERVENÇÃO TURÍSTICA EM MEIO RURAL

A necessidade de aprofundar a intervenção em meio rural pressupunha a capacidade de mobilizar financiamentos específicos. Para tal, foi criada uma Associação de Desenvolvimento Local, a TRILHO, de que foram sócios fundadores à partida a Região de Turismo, a Associação de Municípios e várias Câmaras Municipais e Freguesias do Distrito de Évora.

Esta ADL articulou a sua acção com três outras que uniram esforços para constituir o Consórcio Monte, entidade

que viria a ser responsável pelo lançamento do programa LEADER, no Alentejo Central. Do Programa de Acção Local elaborado, destacava-se a proposta de apoio à criação de dois empreendimentos de Turismo de Aldeia: estes vieram efectivamente a surgir com o apoio do LEADER na Aldeia de São Gregório (Borba) e na Aldeia do Telheiro (Monsaraz), e estiveram na origem do desenvolvimento posterior de outras operações de fomento do desenvolvimento rural.

OS PRIMEIROS TURISMOS DE ALDEIA NO ALENTEJO

Estes foram os primeiros empreendimentos de Turismo de Aldeia do Alentejo, criados ao abrigo de legislação entretanto criada, e que os definia como um conjunto de um mínimo de cinco casas, situadas num aglomerado rural, respeitando cada casa as regras condicionantes das “casas de campo”, e funcionando com uma direcção única. Trata-se, conseqüentemente, nos termos da lei, de uma empresa de alojamento turístico, inserida na classificação geral de turismo no espaço rural, e tendo por objectivos mobilizar e congregar esforços de proprietários das diferentes casas integradas no empreendimento. O conceito vir-se-ia a revelar redutor, e difícil de operacionalizar, como se pode verificar pela dificuldade em fazer surgir novos empreendimentos na base do figurino referido. Mas teve a virtude de viabilizar os primeiros passos de introdução de novos conceitos na vida e na economia dos pequenos aglomerados rurais.



PEDRO MARTINS

A extensão do conceito de Turismo de Aldeia e o funcionamento em rede. Novos passos foram dados para aprofundar o trabalho de desenvolvimento local, utilizando o instrumento que é a actividade turística, ao abrigo de um programa internacional, financiado pelo INTERREG, e que associou representantes de entidades públicas do Alentejo, dos Alpes Italianos e da Lapónia finlandesa na busca de vias e meios para promover o desenvolvimento de zonas rurais marginalizadas. No quadro desse programa, foram estudadas três direcções de trabalho: a utilização do coberto vegetal típico de cada uma das três zonas, a introdução da qualidade como elemento de diversificação e desenvolvimento, e a introdução da actividade turística como instrumento de desenvolvimento no meio rural, e particularmente, nas aldeias.

A proposta da introdução da actividade turística nas aldeias, avançada pela Região de Turismo de Évora aos parceiros alentejanos, italianos e finlandeses, fez ressaltar as diferenças de enquadramento, geográficas, culturais, económicas, que se verificavam entre o Alentejo, a Lapónia e a província de Trentino. Obrigou à revisão de alguns dos nossos conceitos, e em particular, à adopção de um conceito mais largo de Turismo de Aldeia, entendido como a venda de serviços turísticos que se verifica numa aldeia tradicional, a par de outras actividades económicas e particularmente das da agricultura, e que contribui para o desenvolvimento global da comunidade, de novas actividades económicas, e para a consolidação do aglomerado rural.

A este alargamento de conceito, ao qual correspondeu a viabilidade de um grande número de aldeias poderem vir a aderir, seguiu-se a noção do funcionamento em rede, como forma de trocar experiências, especializar funções (divulgação, promoção, formação profissional) e criar mecanismos de entajuda susceptíveis de dar visibilidade a empreendimentos que, individualmente, dificilmente o conseguiriam.

REDE DE TURISMOS DE ALDEIA: DO CONCEITO À PRÁTICA

Novo projecto internacional foi proposto para dar conteúdo prático a estes conceitos. À partida incluiu as regiões do Alentejo, da La-

pónia, e de Trentino, que já tinham um passado de vários anos de colaboração, às quais se vieram juntar novos parceiros em representação das regiões de Lomza (Polónia) e Arad (Roménia). A concepção e a coordenação internacional do projecto foi cometida à Região de Turismo de Évora.

Candidatado a novo financiamento INTERREG em 2003, o projecto viria a ser concretizado no terreno nos anos de 2004 a 2007. No decorrer desse período, foi experimentado na prática o funcionamento em rede, atribuiu-se a cada região parceira funções concretas de concepção e execução nos diversos domínios da cooperação, a saber, a comunicação interna dentro da rede e entre os seus parceiros, a concepção e elaboração de suportes promocionais (folhetos, site na Internet, etc), as acções de formação para gestão de pequenos empreendimentos turísticos e produtos locais, etc. Grupos de empresários e técnicos de cada uma das regiões visitaram as outras regiões parceiras, em acções de intercâmbio de experiências e transmissão de conhecimentos.

Divulgado internacionalmente em diversos encontros internacionais, este projecto viria a ser contemplado com um prémio Ulysses, atribuído pela Organização Mundial do Turismo, organismo especializado das Nações Unidas, e destinado a premiar a inovação em turismo. A Região de Turismo de Évora recebeu em 30 de Maio de 2007 este prémio, no decurso da Assembleia Geral da O.M.T. realizada em Madrid.

DA EXPERIÊNCIA PILOTO, À VIDA REAL

Do projecto piloto saiu uma realidade concreta: uma rede alentejana de uma dúzia de Aldeias articuladas em torno do



FISH-EYE

objectivo do desenvolvimento turístico, e dispondo, à partida, de empreendimentos em funcionamento susceptíveis de dar a sustentabilidade a este processo. Ultrapassando o conceito de Turismo de Aldeia plasmado na lei e que se tinha revelado extremamente redutora, foram aceites na rede aldeias tradicionais interessantes do ponto de vista do património paisagístico e construído, dispondo de empreendimentos de alojamento turístico, e tendo pelas vias adequadas manifestado o seu empenho em participar na rede Alentejana de Turismo de Aldeia.

Para gerir esta rede, foi criada uma organização chamada Associação Rede Alentejana de Turismo de Aldeia, para assumir as funções e tarefas na rede, e assegurar também a articulação com as estruturas congéneres na Itália, Finlândia, Roménia e noutros países interessados em integrar a Rede Europeia. Do formato experimental, está-se a operar a transição para a vida real.

OUTRAS INTERVENÇÕES DE APOIO AO TURISMO EM MEIO RURAL

Para além da intervenção específica atrás descrita, outros instrumentos criados pela Região de Turismo de Évora foram também concebidos para apoiar, directa ou indirectamente, a actividade de organização e venda de serviços turísticos em localidades do meio rural. É o caso do Portal de Turismo da Região de Turismo de Évora, que procura desenvolver com o máximo de profundidade a informação relativa ao meio rural, articulando-se com o serviço de georeferenciação para percursos, nomeadamente.

É o caso também da Sinalização Turística dos 14 Concelhos da Região de Turismo de Évora, que articulam toda a sinalização direccionada das estradas nacionais até aos

aglomerados, e destes, até ao local de interesse turístico, frequentemente localizado no meio rural (monumentos megalíticos, ermidas, castelos, etc). É o caso, finalmente, do Museu de Artesanato Regional, recentemente reaberto sob a nova designação de Centro de Artes Tradicionais, que para além de peças expostas, dispõe de abundante documentação filmada de cada um dos principais objectos artesanais produzidos no território, a descrição dos centros de produção, o enquadramento paisagístico e construído, por forma a mobilizar os visitantes do Centro de Artes Tradicionais para a visita às oficinas e aos centros de produção, na maioria dos casos localizados no meio rural.

A CONCLUIR

Uma parte significativa da actividade turística da região passa pela fruição do meio rural, pela visita às suas paisagens e aos seus elementos de património construído, articulando harmoniosamente natureza e cultura neste território de itinerância e descoberta. Uma boa parte, portanto, da actividade da Região de Turismo de Évora tem sido dedicada a este meio rural, sede e destino de intervenções de desenvolvimento local dirigidas ou de intervenções que indirectamente também apontam para esta parte do território.

O capital turístico desta região, feita de ruralidade e de monumentalidade, é o seu património, que é ambiental, paisagístico, construído, cultural. É aí que se encontram, portanto, as raízes da nossa identidade, que importa preservar e defender.

É esse o espírito das intervenções no meio rural que aqui brevemente se descreveram. ❁

Nos debates organizados pela VIVER sobre “o Turismo ao serviço do Desenvolvimento Local”, entre muitas outras coisas, disse-se:

“A oferta turística da região terá de ser multifacetada”

Com o objectivo de ouvir as pessoas e instituições ligadas ao Turismo da BIS, no âmbito da preparação da edição do presente número, cujo “Grande Tema” reflecte sobre as estratégias para um Turismo que esteja ao serviço do Desenvolvimento Local da BIS, organizámos dois debates, nos passados dias 22 e 29 de Março, no Hotel IDANHA NATURA e na Casa de Artes e Cultura do Tejo em Vila Velha de Ródão, respectivamente. Com uma assistência mais limitada do que seria de desejar, estiveram presentes e/ou representadas, as seguintes pessoas e entidades:

Carla Salvado	<i>Técnica Profissional de Turismo do Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova</i>
Bárbara Ramos	<i>Auxiliar dos Serviços Gerais de Turismo do Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova</i>
Maria Inês Franco Frazão	<i>Título Individual</i>
João Ludgero	<i>Quinta dos Trevos – Ofícios</i>
Joaquim Fernandes Soares	<i>Secretário da Junta de Freguesia de Salvaterra do Extremo</i>
Sílvia Vale	<i>Associação EcoGerminar</i>
Samuel Infante	<i>Presidente da Quercus de Castelo Branco</i>
Marco Domingues	<i>Presidente da Associação EcoGerminar</i>
Pedro Robalo	<i>Presidente da BIORAIA</i>
Isaías Antunes	<i>Presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia</i>
António Tomás Lopes	<i>Presidente da Junta de Freguesia de Salvaterra do Extremo</i>
António Cruz	<i>Presidente da Junta de Freguesia de Monfortinho</i>
António Alexandre	<i>Presidente da Junta de Freguesia da Zebreira</i>
Mário Pissarra	<i>Presidente da Junta de Turismo de Monfortinho</i>
George Ramos	<i>Docente da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova</i>
António Diogo Cordeiro	<i>Gerente do Hotel Estrela da Idanha</i>
Armindo Jacinto	<i>Presidente da Naturtejo e vereador da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova</i>
Ivete Neto	<i>Técnica de Turismo da ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico Aldeias do Xisto</i>
Ana Silva	<i>Técnica de Turismo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão</i>
José Sobreira	<i>Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão</i>
Patrícia Ceveiro	<i>Produtora do CENTA</i>
Artur Norberto	<i>Inspector da Solnave SA</i>
Teresa Freire	<i>Presidente da Direcção da Associação Aldeia em Movimento</i>
João Inácio Esteves	<i>Secretário da Junta de Freguesia do Fratel</i>
Luís Coutinho	<i>Gestor da Casa Agrícola “Tapada da Tojeira”</i>
Nuno Coelho	<i>Director da Incentivos Outdoor, Lda</i>
Liliana Faria	<i>Coordenadora da Incentivos Outdoor, Lda na Região Geoparque</i>



ADRACES

Dessas conversas informais, respigamos de forma plenamente aleatória algumas; declarações, observações, propostas ou simples opiniões, que nos pareceram de maior acuidade para a renovação do discurso corrente e costumeiro sobre a temática do turismo.

1. *“.../Nós só conseguiremos vencer esta corrida se conseguirmos criar redes de ligação entre os projectos, formando entre si pacotes turísticos. A oferta turística na Região terá de ser multifacetada. Ninguém virá da Europa para instalar-se aqui num qualquer alojamento, se não houver um conjunto de outras actividades complementares que ajudem a preencher os dias em que o turista está de visita à nossa Região/...”*

2. *“O presidente Álvaro Rocha teve a coragem de agarrar o turismo como o argumento forte para o desenvolvimento deste concelho. Pena é que já se tenham passado seis anos e tenhamos andado todos meio adormecidos. As iniciativas que a Câmara promove quase não são sentidas na minha freguesia de Salvaterra do Extremo/...”*

3. *“Parece que, para articular todas estas ideias, reflexões e potencialidades que os nossos territórios têm, é necessária uma forma de gestão configurada como a NATURTEJO, a ADRACES ou outra entidade similar, ou poderia passar por mesas redondas ou por um fórum. A verdade é que aquilo que estamos aqui a fazer hoje me parece que é essencial /...”*

4. *“.../ Este momento deveria de acontecer mais vezes e até mais organizada, no sentido de ser estabelecido um momento temporal regular. E é necessário, por quatro razões fundamentais: rentabilização dos recursos (temos muitos recursos, mas dispersos); maior articulação entre as entidades e pessoas que nele participassem; democratização das decisões para evitar que certas zonas tenham uma muito maior*

promoção do que outras e contribuir para um maior equilíbrio entre as zonas do território; dar voz a todos, um óptimo mecanismo de promoção da cidadania, apelando à participação de todos aqueles que têm responsabilidades nesta matéria, mesmo aquelas pessoas que podem contribuir com o saber das suas histórias de vida.

Para além da estrutura de gestão, poderia ser criada uma área de intervenção na concepção de um banco de recursos, principalmente humanos. Esta intervenção também poderia passar por uma rentabilização das próprias parcerias, partilhando informalmente mecanismos de organização de actividades e iniciativas. Tudo no sentido de valorização do nosso território comum, que é a BIS. Também me parece extremamente importante a definição de prioridades a nível de formação, através de um levantamento de necessidades e prioridades”.

5. *“A NUT III a que chamamos BIS, é uma designação territorial, mas ainda não tem a coesão e unidade que deveria e poderia ter. Esta BIS ainda não é tão coesa quanto nós desejaríamos que fosse. Penamacor “namora” com a Cova da Beira, Vila Velha de Ródão é namorada pela zona do Pinhal, Castelo Branco olha para si voltado para a Gardunha, a Idanha, como tem a Espanha nas costas, pretende afirmar-se por ela própria. Há, por assim dizer, ainda muita dispersão e desarticulação neste território”.*

6. *“É triste que um concelho como Castelo Branco, que é um dos maiores do País, tenha apenas uma unidade de turismo rural. É o reflexo da inércia de empresários no sector do turismo nesta Região. Se excluirmos algumas zonas do Pinhal e da Serra da Estrela, não há se calhar outro distrito no País tão carenciado em estruturas turísticas como este /...”*

7. *“Não há investimento no turismo rural, porque os promotores que têm aparecido desistem. É tanta burocracia, tanto papel, que as pessoas desistem de avançar com os seus negócios”.*



ADRACES

8.

“Conservar o património não é só conservar as pedras! É também um problema de educação. Muito estreitamente ligado às possibilidades do que é um ambiente favorável ao turismo está subjacente e é nuclear o problema do comportamento das pessoas em relação àqueles que chegam /...”

9.

“Hoje em dia, só não sabe o que é o geopark quem não quer. Todos os jornais semanais falam regularmente e quem se quer informar sabe que o geopark não são as pedras, mas sim toda a diversidade e toda a integração desde o produto regional à cama. A empresa não é exclusivamente municipal. Há uma empresa municipal que criou a NATURTEJO e depois há uma empresa privada que tem 50 por cento de públicos e 50 por cento dos privados em que os hotéis, os restaurantes, etc, são associados e é essa empresa que comercializa e que faz de operador turístico /...”

10.

“.../Outra coisa que é engraçada, é que nós estamos no geopark, mas ninguém sabe onde começa o geopark. O lógico seria na A23, no IC8, na entrada da fronteira, na estrada de Nisa, colocar placas a dizer “Bem-vindo ao Geopark”. Quer dizer, estamos numa área de interesse classificada e não há uma placa sequer a delimitar o território. No outro dia, alguém me calhou a perguntar onde é que se situavam os troncos fósseis, que é um dos tais geossítios. Ou seja, ninguém sabe onde são os geossítios, porque simplesmente a sinalética não existe”.

11.

“Sarnadas também faz parte do Geopark. Se nada for feito em Sarnadas de Ródão, a freguesia está destinada à morte... Dentro de 14 anos não teremos ninguém com idade inferior aos 10 anos. Muitas vezes penso: será que a remodelação do cemitério vai ser a minha grande obra?/...”

12.

“Quando se fala em programas, pensa-se logo em dinheiro. Penso que, quando se fala em turismo, não se pode falar apenas em Programas ou eixos de programas. Um eixo só não chega, em turismo são sempre necessárias quatro rodas para poder chegar longe. E estas quatro rodas, na minha opinião, são a natureza, o alojamento, a restauração e os serviços lúdicos. Pelo menos estas quatro rodas têm de sustentar qualquer projecto turístico. O dinheiro faz falta, é importante, mas o dinheiro não é sinónimo de desenvolvimento turístico. Ou, pelo menos, desenvolvimento turístico não é só sinónimo de investimento e de dinheiro. Onde não há cultura, onde não há saber receber, onde não há saber ser, onde não há simpatia, onde não há educação, pode haver muito dinheiro, mas ninguém lá vai. Se o dinheiro servir para fazer um restaurante muito bonito, mas o dono do restaurante continuar a ser ignorante e mal-educado, o restaurante não vai a lado nenhum. Ou seja, o desenvolvimento das pessoas, o desenvolvimento dos empresários e dos investidores é essencial. E disso fala-se pouco”.

13.

“Eu nunca percebi muito bem como é que funciona a Naturtejo. Ela pode ter um chapéu muito grande; na altura da sua criação muitos empresários compraram algumas acções e ainda hoje estamos à espera de entrar para a Naturtejo. A própria Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão não percebe porquê e tem falado com a Câmara de Idanha-a-Nova, mas a verdade é que nem sócios conseguimos ser. Não consigo perceber como é que nós nos vamos enquadrar na estratégia e conseguir trabalhar as coisas. Porque nós, promotores, sabemos aquilo que queremos, mas não sabemos como é que devemos enquadrar as coisas”.

14.

“É uma série de entidades a ditar regras para o desenvolvimento do turismo, mas o problema é que os promotores estão um bocado fora de tudo isto”.

15.

“Se uma pessoa tentar fazer uma casa típica, elas nunca são apropriadas para fazer turismo neste país. Temos as melhores leis para não aplicar e avançar com nada. Logo, se eu tiver uma casa dos meus bisavós e quiser lá fazer turismo rural, aparece de imediato um arquitecto a dizer que falta 7 centímetros ao tecto ou que a porta não é adequada, ou outra coisa qualquer”.

16.

“No turismo não se pode estar sozinho. O turismo está dependente de tudo o que há no território. Temos de nos agarrar àquilo que temos e àquilo que podemos ter. Até agora cada um tem estado na sua capela. O problema é que as pessoas, por mais boa-vontade que tenham em levar por diante projectos, têm medo de avançar e de se relacionar com os outros do mesmo ramo. Em França, uma pessoa numa terra quer-se candidatar a um projecto de turismo rural, de imediato convocam-se todos os operadores de turismo rural da zona para constituírem um comité de acompanhamento e apoio ao homem que vai implantar o projecto para que todos o ajudem durante os primeiros anos. Aqui, é precisamente o contrário. A pessoa que está com o projecto esconde-se o mais possível”.

17.

“Penso que o fundamental para o desenvolvimento do turismo passará pelo intercâmbio entre os quatro concelhos da BIS e não apenas por Vila Velha, ou Idanha, ou Castelo Branco, ou Penamacor. Porque é que não se faz a divulgação do artesanato de Idanha e de Penamacor nos restaurantes de Vila Velha de Ródão, por exemplo? E porque é que não se leva o artesanato daqui para o outro lado da BIS para que seja divulgado não só o trabalho, mas também a comunidade?...”

O Turismo no Geopark Naturtejo



O turismo é actualmente considerado um dos sectores de maior crescimento a nível mundial, almejando um grande investimento das diversas entidades envolvidas neste sector.

Atenta a esta realidade, a Naturtejo aposta na implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, com o chapéu do “Turismo de Natureza”, de forma a prosseguir com o desenvolvimento da actividade turística no território abrangido pelos seus municípios fundadores.

Constituída pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, esta empresa de turismo alargou os seus horizontes com a entrada do Geopark Naturtejo nas Redes Europeia e Global de Geoparques da UNESCO. A criação do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, o primeiro geoparque português, permite ao território integrar duas entidades de cariz internacional que possuem uma importante experiência acumulada, constituindo uma rede privilegiada para acesso a novos mercados, passando a estar suportado numa marca forte, credível, com imagem sólida e fiável, da UNESCO, o que representa um elevado valor acrescentado em termos de promoção turística.

Com a entrada do Geopark Naturtejo nas Redes Europeia e Global da UNESCO, aprovada por unanimidade no dia 26 de Julho de 2006, a Naturtejo culminou um trabalho de validação científica e encetou um processo de consolidação baseado no vasto património geomorfológico, geológico, paleontológico, geomineiro, histórico-cultural e de biodiversidade, que apresentam elementos de relevância nacional e internacional. Os locais em que o fenómeno geológico se manifesta de forma mais exuberante são os denominados geomonumentos de que são exemplos, o Parque Icnológico de Penha Garcia, as Portas do Ródão, as Portas de Almourão, a Mina de Ouro Romana do Conhal do Arneiro, as Morfologias Graníticas da Serra da Gardunha, os Meandros do Rio Zêzere, entre outros.

Com o objectivo de valorizar os locais que agem como testemunhos-chave da História da Terra, fomentando o emprego e riqueza, o Geopark Naturtejo reforçou a sua actuação num novo paradigma de evolução, com um enfoque particular no património, na certificação e qualificação do destino, do alojamento, restauração, animação, serviços, produtos tradicionais, promovendo a integração de um número alargado de actores, o aparecimento de novos investidores e a criação de cadeias de valor regional, que oferecerão ao mercado a sua cultura e saber-fazer ancestrais na forma de produtos turísticos integrados e competitivos.

O conceito de Geopark alia ainda a conservação da natureza à melhoria da qualidade de vida das populações que o integram. Deste modo, no contexto das Redes Europeias e Global de Geoparks, tem sido possível estimular as actividades económicas a nível local e regional em equilíbrio com a preservação do património natural e histórico-

-cultural, conseguindo que as populações locais se sintam envolvidas em todo o processo de desenvolvimento, inculcando-lhes uma nova cultura de exigência e permitindo a descoberta de outras soluções para os seus problemas.

O habitual discurso da desertificação e mesmo, por vezes, da desolação, dá lugar a uma nova esperança onde a inovação, a conservação da natureza e o turismo sustentável constituem os pilares dum desenvolvimento económico equilibrado com novas oportunidades para todos.

O Geopark Naturtejo oferece no seu conjunto um vasto e diversificado património natural e histórico-cultural que vai desde o Parque Natural do Tejo Internacional e Serra de S. Mamede, aos sítios Rede Natura da Serra da Gardunha e de Nisa e as *Important Bird Areas*, destinos singulares de natureza, 16 geomonumentos que contextualizam 600 milhões de anos de dinâmica do Planeta, 4 Aldeias de Xisto, 2 Aldeias Históricas, 70 monumentos classificados entre muito outro vasto património.

Este território, com cerca de 4.600 km², oferece muitas opções para sentir e usufruir a natureza, a cultura, saúde e bem-estar, a religião, o património histórico e o desporto na natureza.

Os percursos pedestres devidamente assinalados, que levam os pedestrianistas a conhecer os geomonumentos e o vasto património, a canoagem, a observação de aves, os passeios de barco, de BTT e de burro, os museus, o paraquedismo, a escalada, as praias fluviais, as termas, os SPAS, são algumas das maravilhas desta região, que podem ser aliadas com uma vasta gama de excelentes unidades hoteleiras, que partilham um denominador comum: o bem receber, tão característico da forma de estar destas gentes.

Para as pessoas que procuram conhecer todo este excelente património, a Naturtejo disponibiliza um conjunto de sugestões para se viverem experiências e emoções autênticas e originais que incluem actividades de animação e alojamento, sendo exemplos a *Rota dos Fósseis, da Gardunha, das Aldeias Históricas, dos Segredos de Vale Mourão, dos Templários, dos Em... Cantos de Nisa, dos Lugares Míticos, dos Veados, dos Abutres, da Arte Rupestre, da Aventura no Ar, e os Ateliês de Cerâmica Rakú e de Velas Artesanais*.

Localizado entre as duas capitais, Lisboa e Madrid e as cidades do Porto, Salamanca, Cáceres, Valhadolid, Mérida e Badajoz, o Geopark Naturtejo possui uma excelente centralidade e óptimas acessibilidades, permitindo a proximidade de cerca de 10 milhões de prováveis visitantes a 2 ou 3 horas. ☘

Todas as informações estão disponíveis na página web www.naturtejo.com, ou através do call center 707 200 065.

Eng. Armindo Jacinto

Presidente do Conselho de Administração da Naturtejo

Turismo na BIS. Situação actual.

PARA VISITAR



Aldeias Históricas

Idanha-a-Velha
Monsanto



Aldeias de Xisto

Martim Branco
Sarzedas
Foz do Cobrão



Parques/Reservas Naturais

Reserva Natural da Serra da Malcata
Parque Natural do Tejo Internacional
Geoparque Naturtejo



Praias/Piscinas Fluviais

Piscina Fluvial da Meimosa
Piscina Fluvial de Alameda
Praia Fluvial da Taberna Seca
Praia Fluvial do Ponsul
Praia Fluvial da Foz do Cobrão



Termas

Águas
Termas de Monfortinho



Monumentos Naturais

Parque iconológico de Penha Garcia (*Idanha-a-Nova*)
Rota das Minas de Segura (*Idanha-a-Nova*)
Inselberge granítico de Monsanto-Moreirinha-Alegrios (*Idanha-a-Nova*)
Canhões fluviais do Erges (*Idanha-a-Nova*)
Escarpa de falha do Ponsul (*Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Vila Velha de Ródão*)
Morfologias graníticas de Castelo Velho (*Castelo Branco*)
Antigo complexo mineiro de Monforte da Beira (*Castelo Branco*)
Tronco fóssil dos Perais (*Vila Velha de Ródão*)
Monumento natural das Portas de Ródão (*Vila Velha de Ródão*)



Monumentos Construídos

PENAMACOR
Torre da Menagem
Torre de Vigia
Domus Municipalis

SÃO VICENTE DA BEIRA
Pelourinho Manuelino
Casa da Câmara

PROENÇA-A-VELHA
Igreja da Misericórdia
Pelourinho
Núcleo Museológico do Azeite

PENHA GARCIA
Castelo de Penha Garcia
Pelourinho

IDANHA-A-NOVA
Igreja Paroquial
Solar do Conde de Idanha
Solar do Marquês da Graciosa
Bairro dos Louceiros

CASTELO BRANCO
Castelo
Jardim do Paço
Solar Viscondes de Oleiros

Palácio dos Viscondes de Portalegre
Palácio dos Cardosos
Palácio dos Motas
Domus Municipalis

SEGURA
Fortaleza
Ponte de Segura

VILA VELHA DE RÓDÃO
Castelo do Rei Wamba
Pelourinho
Fonte das Virtudes
Ponte do Cobre

PARA DORMIR



Hóteis/Albergues Estalagens

HOTEL TRYP COLINA DO CASTELO ***
Rua da Piscina, nº 5
6000 Castelo Branco
Tel. 272 349 280
Fax. 272 329 759
tryp.colina.castelo@solmelia.com
www.solmelia.com

HOTEL BEST WESTERN HOTEL RAINHA D.AMÉLIA ***
Rua de São Tiago, nº 15
6000-179 Castelo Branco
Tel. 272 348 800
Fax. 272 348 808
hrdamelia@mail.telepac.pt
www.hotelrainhadamelia.pt

HOTEL FONTE SANTA ****
Termas de Monfortinho
6060-072 Termas de Monfortinho
Tel. 277 430 300
Fax: 277 430 309
hotel.fonte.santa@monfortur.pt
<http://www.monfortur.pt>

HOTEL ASTÓRIA ***
Termas de Monfortinho
6060-072 Termas de Monfortinho
Tel. 277 430 400
Fax. 277 430 409
hotel.astoria@monfortur.pt
<http://www.monfortur.pt>

HOTEL IDANHA NATURA ***
Estrada Nacional 240
6060-261 Ladoeiro
Tel. 277 927 130
Fax. 277 927 515
idanhahotel@gmail.com

ALBERGARIA ESTRELA DA IDANHA
Av. Zona Nova de Expansão
6064-909 Idanha-a-Nova
Tel. 277 200 500
Fax. 277 200 509
estrelaidanha@hotmail.com

ESTALAGEM VILA RICA
Estrada Nacional Sul
6090-535 Penamacor
Tel. 277 394 311
Fax. 277 394 321

ESTALAGEM PORTAS DE RÓDÃO
6230 Vila Velha de Ródão
Rua da Senhora da Alagada
Tel. 272 541 060



Alojamento em Espaço Rural

CASA DAS JARDAS
6060-109 Idanha-a-Nova
Tel. 277 202 135
Fax. 277 202 109
casadasjardas@hotmail.com
www.casadasjardas.com

POUSADA DE MONSANTO
6060 Monsanto
Tel. 277 314 471/2/3
Fax. 314 481
enatur@mail.telepac.

CASA DE OLEDO
Rua do Corro, nº23
6060-621 Idanha-a-Nova
Tel. 277 937 132/3
Fax. 277 937 135
casaoledoth@clix.pt
www.casaoledo.cjb.net/

QUINTA DA RIBEIRINHA
Rua da Alegria, 4
6060-326 Penha Garcia
Tel. 277 366 264
Fax. 277 343527

HOTEL RURAL HERDADE DA POUPA
Herdade da Poupa
6060 Rosmaninhal
Tel. 277 470 000
Fax. 277 470 009
herdade.poupa@monfortur.pt

CASA NOSSA SENHORA DO INCENSO
Rua Miguel Bombarda
6090-578 Penamacor
Tel. 277 394 241

CASA DO CERRO
Foz do Cobrão
6030-155 Foz do Cobrão
Tel. 272 543 289
Tlm. 967 085 770

CASA DA MEIA ENCOSTA
Foz do Cobrão
6030-155 Foz do Cobrão
Tel. 228 305 157
Tlm. 966 504 149
Fax. 228 305 158
casadameiaencosta@gmail.com
casadameiaencosta.blogspot.com

ALÉM DO MAR
Rua Principal, nº57
Vale do Cobrão
6030-163 Vila Velha de Ródão
Tel. 272 543 002
Tlm. 912742 227
alemdomar57@sapo.pt
www.ruralholidaysportugal.com

CASA LIDO
Silveira
6030-021 Fratel
Tel. 272 566 393
Tlm. 914 111 469 / 918 937 889
<http://devsite1.tdesign.org.uk>



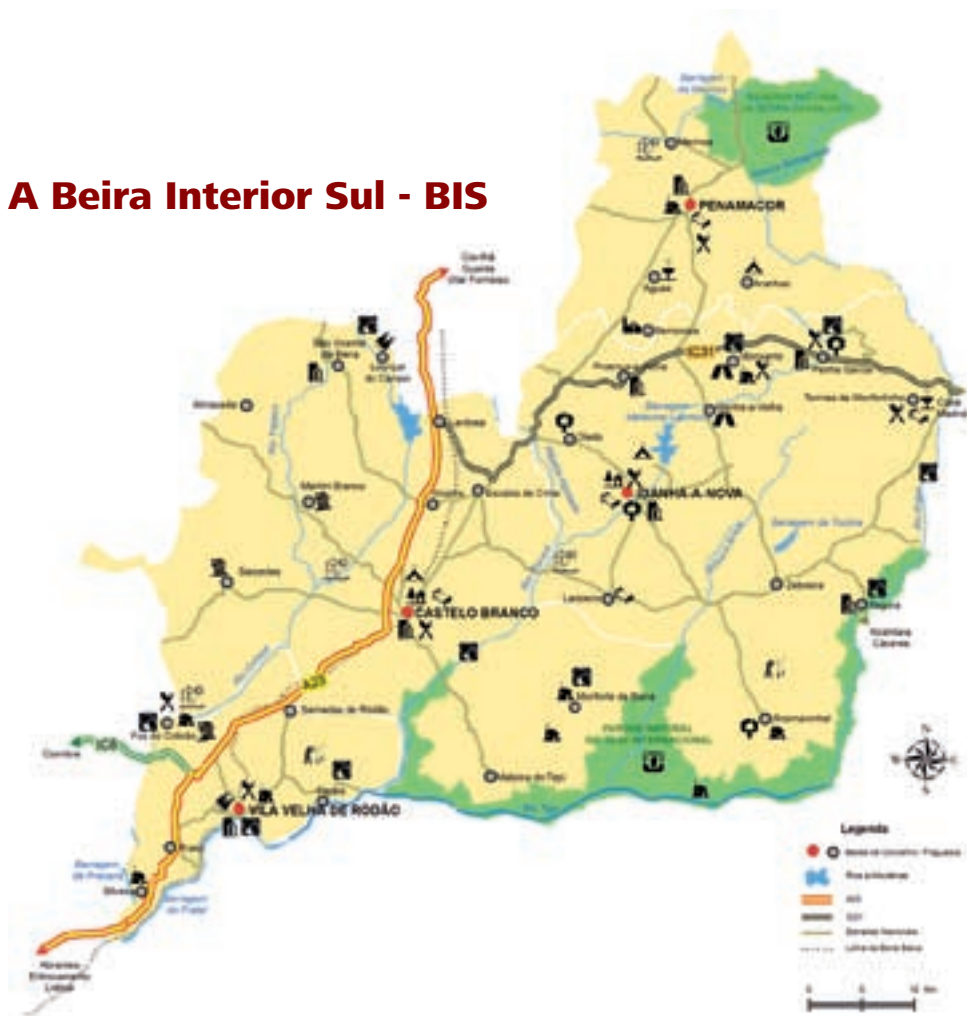
Casas de Natureza

MONTE BARATA
Monforte da Beira
Tel. 284 321 326
bejaevora@quercus.pt

CASA RETIRO DO ROSMANINHAL
Rosmaninhal
Tel. 277 477 463
prmonteiro@oniduo.pt

CENTRO DE ACOLHIMENTO DA SERRA DA MALCATA
Rua Dr. Ribeiro Sanches, nº60 .
6090-587 Penamacor
Tel. 277 394 467
Fax 277 394 580

A Beira Interior Sul - BIS



Pousadas da Juventude

POUSADA DA JUVENTUDE DE CASTELO BRANCO
Rua Dr. Francisco José Palmeiro
6000-230 Castelo Branco
Tel. 272 321 363
Fax. 272 321364
castelobranco@movijovem.pt

POUSADA DA JUVENTUDE DE IDANHA-A-NOVA
Praça da República, 32
6060-184 Idanha-a-Nova
Tel. 277 201 127
Fax. 277 201 128
idanha@movijovem.pt



Parques de Campismo

PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO
Estrada Nacional 18
6050 Castelo Branco
Tel. 272 341 615
Fax. 272 322 578

PARQUE DE CAMPISMO DE IDANHA-A-NOVA
Barragem Marechal Carmona
6060-128 Idanha-a-Nova
Tel. 277202793
Fax. 277 202 945
www.orbitur.pt

PARQUE DE CAMPISMO DO FREIXIAL
Ribeira da Baságueda
Sítio do Freixial
6090 Penamacor
Tel. 277 385 529
www.cm-penamacor.pt/pcampismo/freixial6.html

PARA COMER



Restaurantes

RESTAURANTE PRAÇA VELHA
Praça Luís de Camões 17
6000-116 Castelo Branco
Tel. 2723 28 640
Fax. 272 328 620

RESTAURANTE MURALHA
R. de Santa Maria, 13
6000 Castelo Branco
Tel. 272 322 703

RESTAURANTE AROMAS E SABORES
Quinta Dr. Beirão, Lote 22 R/c Dº
6230-140 Castelo Branco
Tel. 272 085 652

RESTAURANTE MESA CHEIA
Campo Mártires de Pátria (Docas)
6000-458 Castelo Branco
Tel. 272 345 031
geral@mesacheia.com
www.mesacheia.com

RESTAURANTE HELANA
Rua José Silvestre Ribeiro, 35.
6060-133 Idanha-a-Nova
Tel. 277 201 095
Fax. 277 101 501
geral@helana.com
www.helana.com

RESTAURANTE PETISCOS E GRANITOS
Rua da Pracinha 16
6060-087 Monsanto
Tel. 277 314 029

RESTAURANTE ASTÓRIA
Termas de Monfortinho
6060 Monfortinho
Tel. 277 430 400
Fax. 277 430 409

RESTAURANTE FONTE SANTA
Termas de Monfortinho
6060 Monfortinho
Tel. 277 430 300
Fax. 277 430 309

RESTAURANTE DOIS PINHEIROS
Qtº Arieiro
6090 Penamacor
Tel. 277 394 517

RESTAURANTE VALE MOURÃO
Foz do Cibrão
6030-155 Foz do Cibrão
Tel. 272 543 012

RESTAURANTE ESTALAGEM DAS PORTAS DE RODÃO
Rua da Senhora da Alagada
6030 Vila Velha de Rodão
Tel. 272 541 060

O QUE FAZER

Empresas de Animação Turística

NATURTEJO
Rua Conselheiro Albuquerque, nº 4, Cave C
6000-161 Castelo Branco
Tel. 272 320 176
Fax. 272 320 137
geral@naturtejo.com
www.naturtejo.com

LUDEVENTOS *Organização de Eventos de Lazer e Recreio, Lda*
Urb. Qt da Granja, Lote 0, 1º Esq
6000 Castelo Branco
Tel. 272 341 328
Fax. 272 341 328
gerencia@ludeventos.pt

FRONTEIRATUR *Actividades Turísticas Internacionais*
Zona Industrial
6060-302 Penha Garcia
Tel. 277 366 359
Fax. 277366359

ASSOCIAÇÃO EQUESTRE RANCHO DAS CASINHAS
Largo da Devesa, nº 12 A
6060 Penha Garcia
Tel. 966 517 673

VILA FRAGA *Exploração Turística, Desporto e Lazer, Lda*
Rua do Penedo, nº 9
6060-337 Penha Garcia
Tlm. 962 943 193
vilafraga@hotmail.com

ESCOLA DE ESCALADA DE PENHA GARCIA *Secção de Montanhismo do Clube de Campismo e Caravanismo da Covilhã*
Apartado 208
6200 Covilhã
Tel. 275 954 024
Tlm.966 397 759
Fax: 275 954 623
brimtextil.lda@mail.telepac.pt

A CANADA *Actividades Turísticas, Lda*
Rua da Alegria 2
6060-326 Penha Garcia
Tel. 272 343 527
Fax. 272 343 527

INCENTIVOS OUTDOOR
Rua Sara Afonso, nº 238
4250-445-Porto
Tel. 228 305 157
Fax. 228 305 158
info@incentivosoutdoor.com
www.incentivosoutdoor.com
incentivosoutdoor.blogspot.com

ADALTEJO *Centro de Cultura*
Cabeço do Pesqueiros
6030 Vila Velha de Rodão
Tel. 272 541 006



Todos nós... como diz a canção, “Temos Amália na Voz”. Será que temos igualmente o Mar no nosso pensar? Rimas à parte, todos temos, em maior ou menor grau, consciência do que representou o Mar na manutenção da existência de Portugal como Nação Independente.

Todos usamos e abusamos dos temas marítimos para ilustrar a identidade da alma lusitana.

Poetas, escritores, políticos e todos nós portugueses anónimos recorremos frequentemente ao Mar como fonte de inspiração para valorizar e estabelecer a originalidade da nossa contribuição para o Mundo em que vivemos.

A paixão dos portugueses pelo Mar, uma paixão sem alternativa, tornou-nos respeitados aos olhos dos outros povos.

É frequente ouvir-se dizer que estamos hoje de costas voltadas para o Mar, que já não amamos o Mar, que já desconhecemos o Mar, que ninguém neste País, entre governantes e governados, se preocupa com as coisas do Mar (salvo para lhe apreciar o bom peixe e as belas praias). Há quantas gerações as nossas escolas não mostram às crianças representações gráficas daquilo que é português para além do Cabo de S. Vicente?

Quantos serão os portugueses de hoje, para quem Portugal, tal como representado em todos os mapas, não acaba no Cabo de S. Vicente (todos sabemos que há ilhas, Madeira e Açores, mas dificilmente configuramos mentalmente o que isso representa, quanto Mar isso representa!).

Vendo as imagens de moda – “Portugal Costa Oeste da Europa” – mais se nos limitam os nossos horizontes.

O mapa que hoje editamos em separata é o resultado duma primeira e inconclusiva reflexão sobre esta questão, tida no Dia do Mar de 2007 na Sociedade de Geografia, em Lisboa. Como “Noblesse oblige”, tinha que ser um Marítimo Açoriano a tomar a iniciativa. Luís Roque, mais conhecido pelo Senhor Zanzibar, é o seu autor. A Federação das Pescas dos Açores é a entidade Mãe da iniciativa. Ainda que indirectamente, este ainda é um “produto” consequência dum projecto EQUAL designado por “Mudança de Maré”.

A VIVER orgulha-se de divulgar este documento e de o colocar à disposição de todas as Escolas da BIS, certa de assim estar contribuindo, por muito pouco que seja, para uma melhor consciencialização da nossa juventude sobre a ligação do Mar ao futuro de Portugal.

Mediante a retribuição dos custos de envio ou entrega, este mapa será enviado gratuitamente a todas as escolas e estabelecimentos de ensino da BIS. ☘

Portugal no Mar

Com receio de que nos “empurrassem” para um afogamento colectivo, lançámo-nos nós ao Mar para dele perder o medo e nele ganhar a coragem e a força para não arrear pé firme das terras que eram nossas.

Portugal foi, sobretudo, Mar! Porém, o que é hoje Portugal para o Mar, e o que é o Mar para os Portugueses? Quantos seremos os portugueses de hoje que, para além da retórica panegírica dos discursos sobre os feitos dos nossos antepassados, temos consciência de que, mais uma vez, a nossa sobrevivência e afirmação como nação autónoma no concerto das nações vai depender do MAR.

Desse Mar que não podemos, sobre nenhum pretexto, alienar.



FISH-EYE

O turismo é uma actividade que permitiu a muitos países atingir um grande índice de desenvolvimento económico, com a criação de um grande número de empregos, com um investimento e valorização essencial nos países onde o sol e a praia convidam ao lazer e ao descanso.

Portugal é reconhecido como destino de praia, procurado essencialmente por turistas nórdicos, que marcaram a sua presença nas últimas décadas e que tiveram uma função promotora no “passa palavra” a amigos, vizinhos e conhecidos.

Alguns turistas actuais procuram outras formas de turismo, onde possam usufruir de uma envolvente mais natural, onde exista uma maior diversidade de recursos naturais e culturais, onde possam respirar ar puro e procurar a serenidade longe das suas origens.

O Turismo de Natureza é um produto turístico, composto por estabelecimentos, actividades e **serviços de alojamento e animação ambiental** realizados e prestados em zonas de Rede Nacional de Áreas Protegidas. Desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, actividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.

Actualmente o Turismo de Natureza é observado de uma perspectiva diferente, isto porque se utiliza o termo de uma forma mais lata, não só enquadrada em áreas protegidas, mas abrangendo todo o território natural ou semi-natural. E é interessante que o seja, porque as suas potencialidades devem ser alargadas a outras zonas que

O Turismo e a sua importância para o Desenvolvimento Local

Podemos enquadrar esta procura no Turismo de Natureza, tendo este conceito sido oficialmente definido em 1998 em Portugal, com a publicação da Resolução de Ministros nº 112/98, de 25 de Abril. Esta resolução é protocolada entre o Ministério do Ambiente e da Economia, com a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), **orientado para o estabelecimento de medidas concretas para o desenvolvimento sustentável** das áreas protegidas, das quais se podem salientar as **práticas de turismo de recreio e lazer não nocivas para o meio natural e o enquadramento legal para a utilização turística de casas tradicionais recuperadas**. O regime jurídico do Turismo de Natureza é posteriormente estabelecido, em 1999, pelo Dec-Lei nº 47/99 de 16 de Fevereiro, alterado anos mais tarde, em 2002, pelo Dec-lei nº 56/2002, de 11 de Março.

não as unicamente protegidas, só assim poderemos disseminar o modelo de desenvolvimento sustentável estimulado pelas experiências do Turismo de Natureza, permitindo que haja em todos os locais de interesse, uma maior preocupação pelos recursos naturais, humanos, paisagísticos, e património construído.

Defende-se que em todas as modalidades de turismo deve haver uma máxima – o **turismo deve** sempre e cada vez mais **assentar em práticas sustentáveis**, daí que se tenha criado a designação de **Turismo Sustentável**, precedente do conceito **Desenvolvimento Sustentável** definido no relatório Brundtland elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987, onde o objectivo principal do turismo sustentável apresenta-se como o *“turismo que se mantenha no tempo,*



PEDRO MARTINS

necessitando para isso obter a máxima rentabilidade mas protegendo os recursos naturais que os sustentam, de modo a que as gerações vindouras possam usufruir da mesma forma, ou em melhores condições que nós”.

O turismo pode ser associado a várias outras actividades transformando-as em actividades mais rentáveis, criando oportunidades no âmbito do Desenvolvimento Local. Direccionando esta temática para a BIS (Beira Interior Sul), onde se realça as oportunidades e as potencialidades dos concelhos integrantes.

Existe uma riqueza vasta em recursos naturais (potencial para as energias renováveis), flora e fauna, uma paisagem diversificada (turismo de natureza), património arquitectónico, arqueológico e cultural (turismo cultural). Ou seja, a região apresenta os ingredientes necessários para que o turismo seja um turismo de qualidade, juntando uma gastronomia regional e condições climáticas favoráveis à realização de inúmeras actividades.

Potenciando estas características e adaptando outras tais como a reconstrução de casas devolutas, de traça tradicional, em aldeias e vilas nas odalidades de TER (Turismo em Espaço Rural), estimulando o **empreendedorismo nos mais jovens** para a criação de negócio nestas vertentes e outras (gastronomia, artesanato, enchidos, queijo, agricultura biológica), poderá ser um caminho a percorrer favorecendo o desenvolvimento local e a consequente sustentabilidade local.

Ou seja, sendo criadas as **condições** necessárias para que os turistas seleccionem esta região como destino turístico **ao nível de alojamento, actividades, oferta variada em restaurantes típicos, lojas de artesanato, com produtos exclusivos da região, guias bem formados detentores de vários idiomas e, claro, uma comunidade sensibilizada para a recepção ao turista no acto de bem receber, acolher e despedir** (Marketing de Experiências).

Mas, para além de todas as condições descritas, a mais importante salientada e valorizada em vários relatórios feitos a turistas em todo o mundo é o atendimento (a experiência, as recordações...), com simpatia e generosidade. Sem esta característica, nenhum turista vem mais de uma vez. Pois no fundo o que pretendem é a experiência de viverem um momento com a **riqueza cultural, social e ambiental** de

outra parte do mundo. O desenvolvimento local deve ser feito pelas pessoas e para as pessoas, o envolvimento deve ser global, dificilmente um projecto poderá ter sucesso se não for feito desta forma. É necessário apostar em formação, ao nível das competências humanas e técnicas, sendo o domínio de outros idiomas fundamental. Estas características podem ser um veículo para gerar riqueza do local para o global com a criação de emprego qualificado e remunerado.

Devem ser criadas redes de parceria englobando todas as entidades que de alguma forma possam ter uma acção determinante na melhoria das características atrás discriminadas. Acção que deve ser tomada em conjunto articulando as autarquias, escolas, centros de formação, Instituto do Turismo, IAPMEI, Associações de Comerciantes, Empresariais, Associações sem Fins Lucrativas, entre outras, todos têm um papel fundamental na mudança de mentalidade e na melhoria da formação.

Resumindo, o turismo de Natureza é um factor fundamental para o desenvolvimento local na região, tanto ao nível da criação de empregos, como na melhoria das condições humanas e, claro, na conservação dos recursos naturais e culturais. Permitindo que não sejam extintas actividades tradicionais, a riqueza cultural das pessoas inseridas no mundo rural e realçando também a agricultura que sempre desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento humano e na conservação da natureza através de práticas milenares de modo biológico.

Desta forma “preconiza-se o respeito pelos ecossistemas naturais e culturais na sua dimensão preventiva e sensibilizadora, valorizando as parcerias, potencialidades e os recursos de cada local, gerando um bem comum sustentável para o desenvolvimento local das regiões do interior (pela localização) do país. Associada aos valores, práticas e princípios do Desenvolvimento Sustentável, para a EcoGerminar é uma oportunidade de gerar “riqueza” (sustentável) gerada no local para o global, sendo essa a sua missão “Gerar Valor Sustentável do Local para o Global.” ☼

Silvia Vale

Associação EcoGerminar

Algumas das questões que se nos colocam quando falamos de museus e de turismo são as seguintes:

- **Devem os museus ter apenas como objectivo atrair os turistas, a função de chamariz e de atracção local?**

Ou

- **Devem os museus cumprir as funções museológicas e a sua missão preservacionista e, caso isso consiga atrair turistas, tanto melhor?**

A resposta depende dos objectivos que definirmos para a instituição museológica. Fernando João Moreira¹ e Isabel André, num texto que relaciona os museus locais com o desenvolvimento, afirmam que um museu pode ser concebido para promover a atractividade de um local em termos turísticos, sendo neste caso um museu vocacionado para desempenhar o papel de atracção turística. Os museus podem, com o mesmo objectivo de desenvolver o turismo, apoiar e promover elementos de animação turística e divulgar externamente a visibilidade do local através de iniciativas que apresentem as características patrimoniais do local. Por fim, podem promover os produtos locais fomentando a economia e divulgar os valores das comunidades onde se inserem tendo em vista a educação dos turistas na óptica de um turismo responsável.

Relativamente à capacidade dos museus para atrair turistas em quantidade e qualidade suficiente para promover o desenvolvimento local, parece-nos que ela se restringe aos museus icónicos, aqueles que se transformam em ícones culturais, sendo um dos exemplos mais recentes o Museu Guggenheim de Bilbao e como exemplo nacional o Museu da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa. Infelizmente tal estatuto muito dificilmente será alcançado pelos pequenos museus municipais e regionais de locais como a Beira Interior Sul. Recentemente temos presenciado, na nossa região, a criação de inúmeros

A terceira vertente proposta pelos autores acima mencionados, a promoção dos produtos e dos valores locais, é a mais fácil de atingir dado que se adequa facilmente às actividades regulares e de rotina dos museus, podendo ser realizada com recurso às exposições e através das iniciativas do serviço educativo.

Mas a atracção de turistas como único objectivo dos museus pode ter mais perigos que benefícios para o património musealizado. Por um lado, as questões relacionadas com a conservação e a segurança dos acervos podem não ser compatíveis com as elevadas pressões turísticas. Lembremos aqui o caso extremo das grutas de Lascaux na França, encerradas ao público em 1963 porque a afluência de visitantes estava a colocar em perigo a conservação das pinturas murais. Ou as medidas de segurança de carácter militar do Rijksmuseum em Amesterdão, com guardas armados a vigiar a “A Ronda Nocturna” de Rembrandt. Por outro lado, uma segunda preocupação mais relacionada com a sobrevivência cultural e identitária dos locais, é quando o turismo passa a ocupar o centro das atenções da comunidade e aquilo que essa comunidade produzia para o seu próprio consumo identitário, num contexto cultural próprio, vivido, passa a ser duplicado para os turistas. As artes e o artesanato tornam-se souvenirs e quando isso acontece a sua função primária desaparece e a identidade local fica ameaçada.²

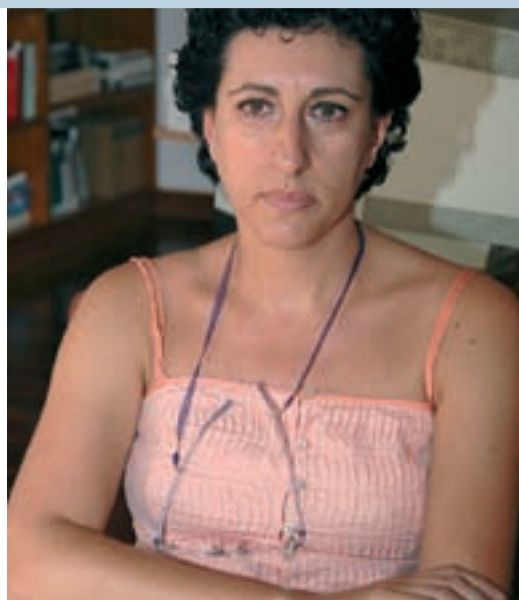
Aida Rechena

Monsantina

Mestre em Museologia

Directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Museus e turismo



ADRACES

pequenos museus locais ou municipais e de redes de museus com a finalidade de atrair turismo e consequentemente alcançar o desenvolvimento económico. Mas a quantidade de museus e de património cultural preservado não serão sinónimo de sucesso se não existir um projecto integrador, que articule o turismo com a cultura, com a educação, com as necessidades sociais e humanas locais, com as infraestruturas existentes, com o tecido empresarial, com a preservação dos recursos naturais e paisagísticos, entre muitos outros factores, servindo o projecto de Mértola como um dos melhores exemplos a nível nacional.

A segunda vertente, a promoção da animação turística e a divulgação externa da visibilidade do local, se bem que mais acessível para os museus, exige recursos financeiros, humanos e materiais que habitualmente os museus não dispõem e a projecção da instituição para fora do seu espaço habitual, fazendo representar-se externamente. Quem trabalha em museus sabe como isso se torna numa missão “quase” impossível! Também aqui a articulação com as entidades responsáveis pela promoção e desenvolvimento do turismo local e regional é essencial.

Os museus como lugares de memória e de representação social ultrapassam em muito a função de atrair turistas, porque enraízam profundamente na essência do nosso “ser”. Mais importante é a capacidade dos museus para nos representar a nós próprios, a nossa cultura, os nossos antepassados, a nossa identidade, as nossas angústias e as nossas expectativas no presente e de futuro, através da realização de um conjunto de acções intangíveis como a pesquisa, a função educativa, o estudo, a manutenção e a conservação das colecções, que, no final, lhes garantem a confiança do público. ☸

1 Moreira; André; (2000). O processo de criação de um museu local. 10.º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. Monte Redondo.

2 A este propósito ver Sílvia Marconi em www.epa-prema.net (2007). Lettre de l’EPA (École du Patrimoine Africain), n.º 17.

Tanto é o território do interior do país, quase sempre abandonado e insuficientemente utilizado, que nos cabe a persistência de para esta realidade chamar a atenção... até que nos ouçam!... Até que nos ouçam e se inicie o processo de mudança social que tarda em chegar e atrasa os esforços de alcançar, no país, um caminho ao sol para todos.

Na verdade, a percepção do espaço determina em grande parte a sua utilização... disso é exemplo o Portugal raiano perspectivado sempre como terra do interior, de gados e lacticínios, terra agrícola, de pão e de trigo, agora esgotada, desmineralizada e em vias de desertificação... apesar das barragens que, do Ródão ao Alqueva, entre Tejo e Guadiana, vão enganando a sede às terras do interior, do Alentejo às Beiras.

durante o século XX, se pode entender a mesma forma de estar como forma de criar solidez nacional face às crises, guerras e ditaduras europeias, hoje, já no século XXI, seria saudável equacionar de modo diferente a nossa relação com o país de “nuestros hermanos”.

É verdade que a cooperação transfronteiriça desenvolvida nos últimos anos introduziu uma nova lógica nas relações regionais, nomeadamente entre Portugal e Espanha... é igualmente verdade que têm sido os investidores espanhóis quem dá corpo ao mercado de exploração agrícola proporcionado

Ana Paula Fitas

*Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses
- Cultura Portuguesa do Século XX*

Portugal Raiano



ADRACES

Temos, no interior oposto ao mar, um país com que nos defrontámos ao longo da História até se dar por adquirido o respeito mútuo e a cooperação “inter pares”: Espanha... mas, esquecemos muitas vezes que o interior português, designadamente, alentejano, beirão e transmontano, afectado pela desertificação, poderia ter retirado mais-valias para o seu desenvolvimento das relações económicas com o país vizinho, se rentabilizasse os recursos óbvios da sua geografia e investisse nesta relação que é hoje de boa-vizinhança...

Mas não tem sido assim!... Não foi assim porque centenas e centenas de anos de consolidação nacional, quantas e quantas vezes em conflito aberto com o Estado vizinho, reduziram a margem relacional da região ao mercado interno do nosso país.

Porém, se ao longo da História, nomeadamente pelo longo período de guerras, conflitos e conquistas territoriais que marcou os séculos XII a XIX, se pode compreender este viver “voltado para dentro” e se,

pelo Alqueva... é verdade que as relações entre os dois lados da fronteira são, actualmente, pacíficas e amistosas... e é ainda verdade que estes factos não têm que implicar qualquer diminuição das soberanias políticas de cada região, nem reduzir o grau de independência política das mesmas... ... apesar de tudo isto, estarão as relações e interacções regionais reguladas e planeadas de forma útil e integrada e constituirão a melhor rentabilização económica, social e cultural possível para as populações de um e de outro lado da fronteira? Pensar e repensar as relações económicas, nomeadamente comerciais e culturais, entre os dois lados da fronteira sem qualquer alteração administrativa (nomeadamente a criação de euro-regiões

que podem, a médio prazo, denotar imprevistos efeitos nos mapas políticos nacionais sem efectivos benefícios económico-culturais susceptíveis de serem alcançados sem mais acrescentos burocrático-administrativos) seria benéfico para as populações raianas afectadas por fenómenos complexos como são o envelhecimento e a desertificação. Aliás, a propósito desta nova figura em gestação entre alguns municípios portugueses que se apressam em busca de verbas comunitárias sem projectos sustentados antecipadamente, cabe-nos proceder a uma ponderada reflexão já que o aparecimento desta ideia (a da criação de uma euro-região na raia) coloca interrogações sérias; senão, vejamos: por exemplo, que razões justificam que nunca a França e a Alemanha tenham pensado em institucionalizar tal figura

a comunicação social local tem a consciência de que o problema dos confrontos regionais é, nesse país, uma questão central para as populações que aí habitam...

No actual quadro de consolidação europeia ocorreu-me partilhar com os leitores esta preocupação: que interesses serve esta figura administrativa que não possam ser concretizados, se visam o bem-comum, no âmbito de um planeamento regional que perspetive as relações económicas, políticas e culturais com o país vizinho assentes num modelo transparente que, por um lado, salvguarde as



ADRACES

administrativa, apesar da existência de uma região que apresenta algumas similitudes com a do território de Olivença (refiro-me à Alsácia-Lorena cuja pertença administrativa foi objecto de dupla reivindicação e controvérsia)?!...

Na verdade, a alteração da soberania política de qualquer território pode, no imediato, não ter consequências mas, quase sempre, implica a criação de problemas potencialmente manipuláveis para efeitos políticos em épocas de crise... veja-se outro exemplo: o da Bélgica, um país criado entre Valões, Flamengos e francófonos que não conseguiram, apesar de tudo, apagar as respectivas identidades culturais...

... Esta é, efectivamente, uma realidade de que não nos damos conta aqui em Portugal, porque a comunicação social não dá visibilidade a esta questão, olhando apenas para Bruxelas como capital administrativa da União Europeia. Contudo, quem conhece a Bélgica e lê

identidades e soberanias nacionais dessas regiões em vez de inaugurar um modelo que se pode constituir como precedente político de efeitos imprevistos? Cabe aos políticos e aos agentes de desenvolvimento prever e prevenir conflitos e, por outro lado, encontrar formas de cooperação úteis entre os povos e os territórios... porém, cabe aos cidadãos insistir e procurar promover as relações sócio-económicas e culturais na região raiana de forma efectivamente vantajosa para as populações, exigindo um planeamento regional da raia racional, transparente e objectivamente útil para todos. ☘

1. Muitos dos espaços periféricos interiores de Portugal possuem uma diversidade cultural e natural praticamente inesgotável. Desde logo, uma questão central na promoção de políticas de desenvolvimento local assentes no turismo passa pela escolha do que é que, dessa imensa variedade, pode vir a ser promovido nos mercados doméstico e externo? Qual deve ser o foco do produto turístico? A chegada ao mercado do património como fonte de atracção turística deve obrigar os agentes a definirem, claramente, qual é o produto que querem colocar comercialmente, numa óptica de afirmação de vantagens comparativas e de diferenciação. Este é um ponto de partida decisivo para evitar desilusões, fracassos e despende energia



Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Turismo em territórios periféricos: algumas questões

e meios sem, verdadeiramente, perceber o que é que pode dotar de conteúdo o produto turístico local e regional. Quer-me parecer que, nesta matéria, uma ideia agregadora de vincado carácter operativo está, ou deverá estar, associada à noção de identidade territorial. Creio que boa parte da resposta na definição do produto turístico passará por atentar bem, de forma rigorosa e tecnicamente fundada, para o espólio e o legado cultural que marca e diferencia os territórios.

2. É imperativo que a oferta turística decorra num quadro de grande profissionalismo na gestão, desenvolvimento, marketing e prestação de serviços. Mas atenção, algumas autarquias têm pretendido converter-se em macro-empresas de serviços, assumindo funções para as quais não estão capacitadas e que nunca é rendível social e economicamente que exerçam por si mesmas. Algumas autarquias da região, no sentido de colmatar vazios de mercado e lacunas evidentes, por exemplo, no campo do alojamento turístico, têm lançado iniciativas que visam responder a esse défice. Algumas, cedo perceberam que a exploração comercial desses empreendimen-

tos não deve decorrer na esfera autárquica, contratualizando com parceiros privados especializados essas actividades. É, na minha perspectiva, um bom sinal!

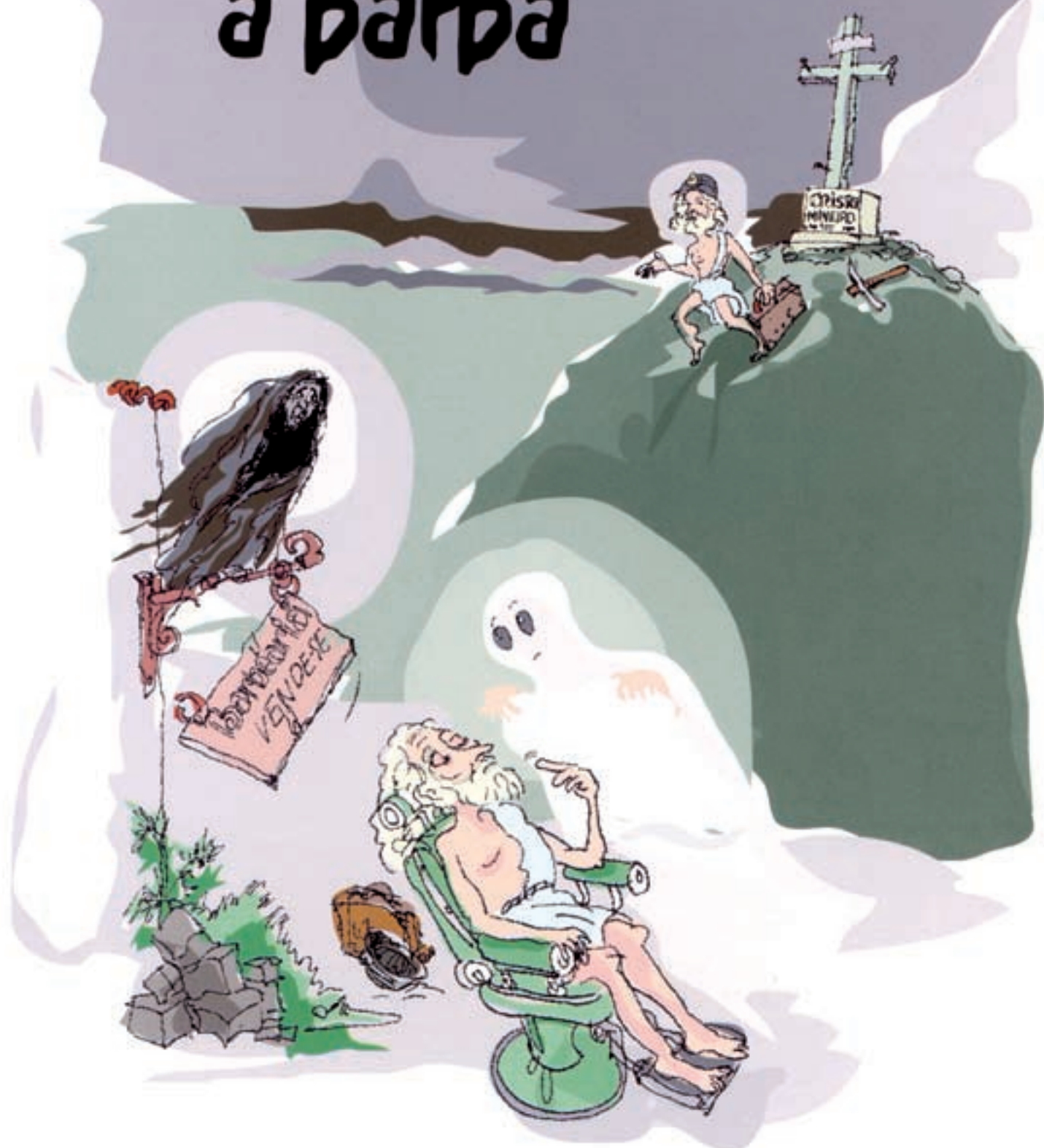
3. Há que incentivar o aparecimento de novos empresários locais nesta fileira de actividade. É indispensável que os proprietários das unidades de alojamento em espaço rural que pouco a pouco vão surgindo se posicionem, cada vez mais, como empresários e desenvolvam a sua actividade num quadro de profissionalismo e de defesa da qualidade do produto, associando ao alojamento a oferta de actividades e animação que permitam aos turistas um conhecimento e uma fruição da envolvente local e regional. Sendo o alojamento em espaço rural o ramo turístico que mais depende da Internet, é indispensável trazer para o domínio virtual toda essa oferta, aproveitando o imenso potencial aberto pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

4. Nesta matéria, como em tantas outras, importa, por outro lado, não confundir pontos de partida com pontos de chegada! São conhecidas algumas intervenções, como o Programa das Aldeias Históricas e o Programa das Aldeias do Xisto, que foram essencialmente direccionadas para a criação de infra-estruturas, visando a requalificação urbanística, a melhorias das acessibilidades e a recuperação e beneficiação de monumentos. Há que entender estas iniciativas como o ponto de partida para a dinamização económica e social, transformando o projecto de requalificação urbanística e patrimonial numa oportunidade de desenvolvimento local. Nessas aldeias, o produto turístico está identificado e disponível? Existem serviços turísticos e de lazer? Existem guias aptos a prestar serviços de acompanhamento? Falam inglês? Sabe-se que “produtos territoriais” se procura vender com os serviços turísticos (artesanato, paisagem, gastronomia, bens alimentares tradicionais,...)?... Sem se responder afirmativamente a estas questões será impossível fazer do turismo uma aposta competente.

5. Finalmente, há que evitar desenvolver esforços isolados, de “costas voltadas”. Todos têm a ganhar se se conseguirem unir em projectos de colaboração em torno de desígnios comuns. Esse parece ser o caso, por exemplo, da Naturtejo, a entidade que promove o turismo na região e é integrada pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão. É a única forma de evitar criar “ilhas” de desenvolvimento turístico independentes umas das outras e, através da obtenção de massas críticas e economias de escala, formar, antes, “arquipélagos turísticos”, mediante a promoção conjunta de iniciativas (festivais, ofertas de animação, rotas temáticas, etc.). Essa união de esforços que envolve o funcionamento em rede e a partilha de serviços é absolutamente fundamental para permitir uma trajectória de desenvolvimento turística regional coerente e sustentável. Doutro modo, continuaremos a viver de “boas intenções”, com apostas claramente incipientes, que não têm sustentabilidade económica e social.

6. Se é certo que existem boas oportunidades para o turismo no interior beirão, também não podem ser ignorados os enormes desafios que será necessário vencer para beneficiar dessas oportunidades. Refiro-me a todas as vertentes da qualidade e da diferenciação do produto, que abrangem desde aspectos organizativos e de gestão à atenção a dedicar às estruturas físicas e à sua integração no meio. Creio que o fio condutor de toda a estratégia de intervenção nesta matéria passa por fazer da especificidade local o critério fundamental de qualidade e de afirmação competitiva, associando os produtos turísticos à marca identitária de um determinado território ou de um espaço natural. Frequentemente, e erradamente, visto como a última tábua de salvação dos espaços rurais mais periféricos, o turismo é mais uma porta que se pode abrir e colocar ao serviço da salvaguarda do património e do desenvolvimento local e regional. Não é, nem nunca poderá vir a constituir, a panaceia para vir a resolver todos os handicaps do mundo rural, resultantes de décadas de erros, incompreensões e omissões. ☘

Os fantasmas nao fazem a barba



Os fantasmas não fazem a barba

Do álbum “Os Fantasmas não fazem a Barba”, publicamos com os devidos agradecimentos o texto de Fernando Paulouro Neves com o mesmo título

Há lugares que parecem cavar uma margem para serem um mundo à parte. É como se o destino fizesse deles palco de um jogo inevitável onde as pessoas se movem como sombras ou fantasmas. São Pedro Velho é um desses lugares. Parece que houve uma hibernação profunda, feita de séculos, em que a relação com o mundo esteve suspensa e a sua gente apenas condenada a morrer cedo, envenenada nos subterrâneos da mina ou noutras tarefas de servidão.

Desse tempo, ficou o monumento ao mineiro, um Cristo operário, por onde os homens da mina trepam, metáfora trágica de uma história trágico-terrestre. É assim que ainda hoje olho para S. Pedro Velho e descubro a sua nova fisionomia urbana pintada com a cosmética dos tempos modernos. Há muitos anos que essa espécie de morte, que é o vazio de gente, se abatera sobre S. Pedro.

Quando o último barbeiro da vila arrumou as alfaias e colocou à porta da loja uma tabuleta que dizia simplesmente VENDE-SE foi a premonição de que a terra tinha os dias contados e em breve seria apenas pasto de fantasmas.

Um dia vieram desocupar a loja e levaram as cadeiras longas e mecanizadas onde os fregueses esticavam os queixos e também apearam da parede os espelhos que afixavam a excelência da arte final do artista. Tudo isso foi levado para um daqueles comércios que vendem velharias de todo o tipo, à beira da estrada.

Não demorou muito que o silêncio viesse poisar nas casas e nas ruas de S. Pedro Velho, como um cerco de morte que os dias foram apertando cada vez mais.

O barbeiro, chamado por um primo, foi para o Canadá sonhar prometidas prosperidades. Antes dele, já a maioria partira para França, primeiro “a salto”, depois com carta de chamada no bolso, numa hemorragia de gente que haveria de levar também, para completar o ciclo, as mulheres e as crianças.

Ficaram os mais velhos, sentados ao sol nos bancos de pedra do largo, ou à beira do muro de cal branca, da estrada, esgravatando na memória os tempos de glória de S. Pedro Velho, quando as minas eram um mercado de trabalho que parecia não ter fim. Agora, os velhos ao sol rememoram apenas velhas histórias e alguns deles, mais cansados dos dias, já não dizem nada, como se a solidão, esse gelo que arrepia, lhes tivesse petrificado a fala.

O malandro do Coragem, que ainda é o coveiro de serviço, costuma dizer que também a sua função não escapou à crise, e, quando passa ao largo e vê os velhos agasalhados ao sol, murmura, entre dentes: — Tenho ali o meu dinheirinho todo empatado! Todinho...

A desolação tomou conta de S. Pedro Velho. Deixou de se ouvir o barulho da oficina do Sotana e as sombras tomaram de assalto a loja

do Navalha e logo a seguir de todo o correr de casas onde se praticavam ofícios seculares. O silêncio é sempre um sinal de morte e não demorou muito que a escola primária fechasse as portas por falta de meninos e o comboio deixasse de parar na estação, que tem agora as janelas e as portas entaipadas com tijolos. Até os expressos da Rodoviária, que eram uma espécie de último braço a ligar S. Pedro Velho ao resto do mundo, já não param à porta do café do Guilhermino, desde que a auto-estrada furou a montanha e passa lá acima, nas costas de S. Pedro.

A casa das Morgadas também não escapou à ruína. O solar, imponente, com a sua torre central e os dois corpos laterais, tudo em granito, é a imagem ampliada do abandono que começou cá abaixo, por cavar a destruição nas casas de alvenaria mais pobre, à medida que

os seus moradores partiam para longe ou se despediam da vida.

As silvas misturadas aos restos das trepadeiras tomaram conta do casarão abandonado, subiram pelos muros, avançando pedra a pedra, numa ocupação selvagem que não poupou territórios vagos, paredes esburacadas pela pedra solta ou algum granito aparelhado, retirado do lugar. O telhado começou gradualmente a ceder, cansado dos Invernos de chuva a cântaros que foi apodrecendo caibros e toda a armação de madeira. Mas a imagem mais triste do abandono são as janelas do solar: esqueletos de tábuas que os caixilhos de granito sustêm a custo e balançam fustigadas pelo vento. São janelas abertas para o vazio. Nem o brasão, que encimava o portal de entrada, escapou. Levaram-no para decorar alguma biografia de fidalgo mais necessitado, foi o que foi.

A casa das Morgadas é um emblema de grandeza arruinada, a radiografia de uma terra a desaparecer. Tem um único morador. Numa loja do rés-do-chão resiste aos dias uma velha andrajosa que veste uns farrapos esfiapados até aos pés, e ninguém sabe, ao certo, de onde veio e quantos anos tem. Dizem na aldeia que é o residual de bastardia da família ilustre que não deixou de jure descendentes nem herdeiros.

Quando se falava nisso, dizia-se que as meninas eram como aquela terra sáfara onde a semente nunca germina. A solidão secou-lhes o corpo. Mas enquanto as Morgadas foram vivas a velha viveu sempre dentro dos muros do casarão, com algumas migalhas de afecto. E ela retribuiu sempre com fidelidade de serva esse amor das meninas.

Quando a última Morgada morreu, ela presentiu que, a partir desse dia, habitava um universo de fantasmas e de sombras, com um destino idêntico ao de S. Pedro Velho. Só a noite lhe pertencia. Escondida durante o dia, dentro das paredes da casa abandonada, de-



ambulava quando a noite descia, pelas imediações do solar ou aventurava-se mesmo pelas ruas mais escuras, falando consigo própria e com todos, como se fosse a própria encarnação da desgraça que se abatera sobre a terra. Começaram a chamar-lhe a “Mocha”. Os últimos habitantes de S. Pedro Velho ouvem-na ao longe e dizem:

— Lá está ela, a “Mocha”..

É ela, é. Mais magra e andrajosa do que nunca, só os olhos muito vivos parecem acusar eternamente a vida, a terra, os deuses. Lá está ela, cada vez mais curvada, cabelos brancos batidos pelo vento, impondo-se aos caminhos da noite, sua companheira e irmã. Que diz ela? É uma ladainha de morte, uma imprecação contra a realidade. No negrume da noite, o clamor dos queixumes sacode a solidão dos campos e ouve-se ao longe, entre latidos da cãozoada inquieta.

A “Mocha” quer apenas morrer. É esse afinal o seu grito, a sua raiva, o seu desígnio. “Apenas morrer”. Enganaram-se sempre os que vaticinaram que, depois da morte das Morgadas, a fome iria ceifá-la em dois tempos. A velha tinha forças ocultas no esqueleto de ossos sob os trapos. Resistia aos dias e tomava conta da noite com o seu discurso tétrico e cada vez mais desmiolado. Mas a realidade é cada um que a cria e aquela era a sua. Do aglomerado de palavras apenas uma ganhava cada vez mais sentido: a morte.

Durante uns tempos calaram-se os seus gritos e os últimos moradores de S. Pedro deixaram de a imaginar nas veredas da noite, como um fantasma.

Despertos pelo cheiro, foram encontrá-la enforcada numa trave das casa das Morgadas, a balançar ao vento frio, que soprava forte e parecia ter tomado conta daquele baldio que a “Mocha” finalmente abandonara.

No dia em que a velha foi a enterrar chegaram a S. Pedro Velho, em potentes automóveis, uns senhores da cidade e outros que falavam inglês, munidos de pastas, papéis, mapas dos serviços cadastrais e desenhos de uma urbanização já aprovada pela Câmara.

O primeiro reconhecimento que fizeram foi da casa das Morgadas, que haviam adquirido por tuta e meia, numa daquelas hastas públicas que parecem previamente combinadas, em que o valor matricial das coisas é sempre do tempo dos afonsinhos. Tiveram os visitantes que tapar o nariz com o lenço, que por todo o casarão pairava ainda o fedor do cadáver da velha, descoberto tardiamente.

— Cheira a morte! – disse um deles em sofrível português. — Parece abutres...

Viram tudo muito bem visto, esquadrinharam a dimensão da área coberta e os terrenos adjacentes, que eram vastos e se estendiam a perder de vista.

A casa, soube-se depois, iria ser o ponto arterial de um luxuoso aldeamento turístico, de matriz rural, com todas as serventias e mais uma: diversão e lazer a la carte, com piscinas, golfe, campos de ténis, squash, equitação. Tinham comprado também a maioria das casas devolutas, ruas inteiras, numa apropriação sistematizada da própria desgraça da vila. Tudo iria ser recuperado, diziam os promotores, como agora são chamados, salvaguardando a patine do tempo.

Meses depois as máquinas começaram a revolver terras e a demolir tudo aquilo que colidisse com a filosofia do projecto. Grandes obras: gente vinda de fora dava os braços e o suor. Uma poeira andava no ar, envolvia S. Pedro Velho, até que o vento a levava para longe, como fazia com as nuvens que cavalgam o céu azul. S. Pedro Velho era apenas uma memória breve e nevoenta. A vilazinha, quase toda privatizada, tinha agora outros donos e uma vocação turística.

No largo, à beira de meia dúzia de velhos que ainda lá estavam sentados ao sol, alongando o olhar para antigamente, havia agora vestígios de uma civilização que passara. Arados, alcatruzes e a geringonça de uma nora, velhas aduelas de ferro que foram amparo de dornas para pisar uvas, um carro de bois partido ao meio, onde restavam levantados ao céu, dois ou três afueiros.

— É pena já não haver gente para trabalhar com estas coisas! -- dizia um dos supervisores das obras. - Sempre era uma curiosidade para os turistas... Mais tarde, esses vestígios do mundo rural foram carregados como entulho e despejados longe, certamente à beira de um daqueles caminhos que conduzem à serra.

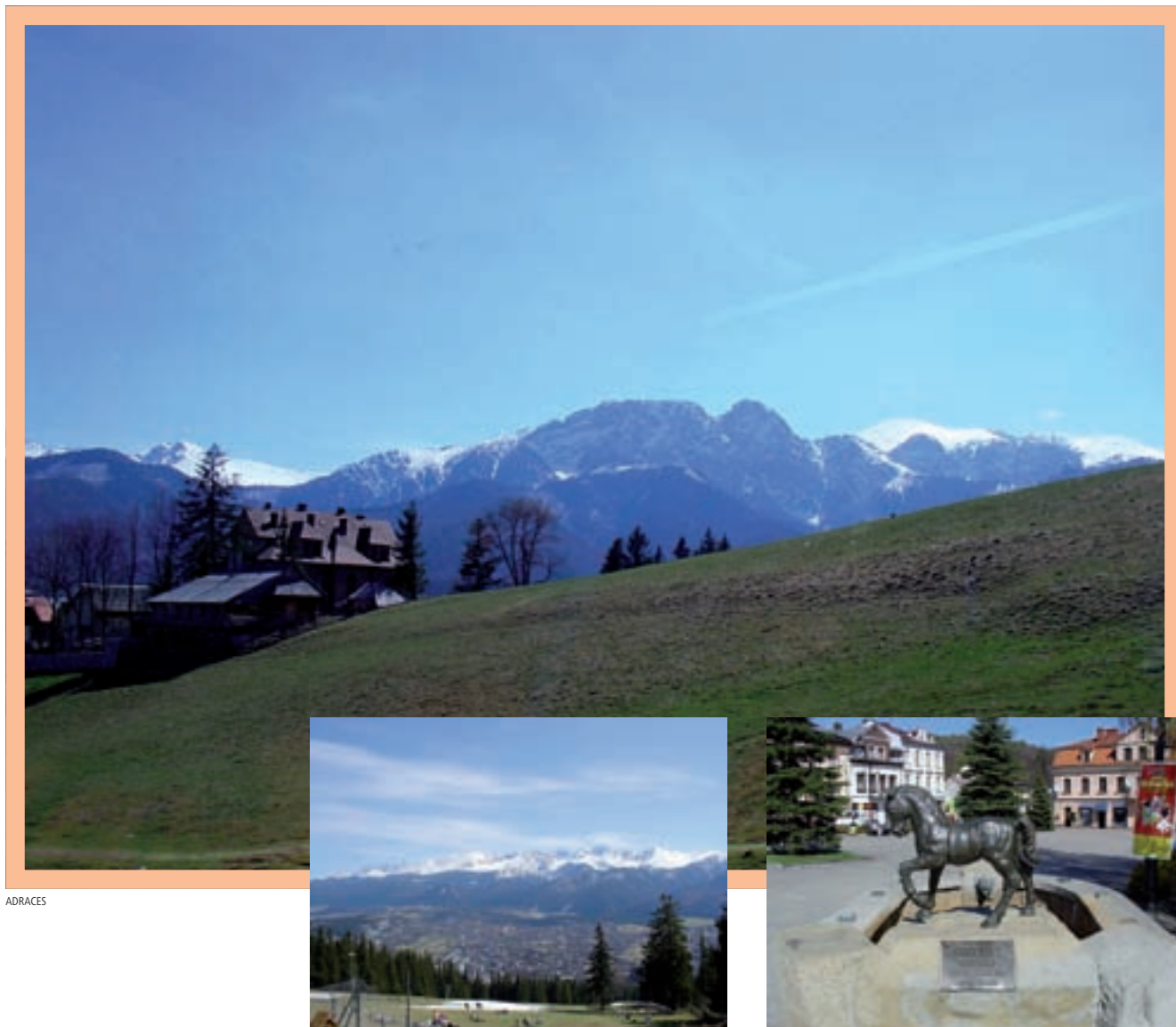
Dois dias depois foi a vez de cair o prédio onde o último barbeiro de S. Pedro Velho um dia colocara a tabuleta a descartar-se do seu comércio porque, explicou ele mais tarde, os fantasmas não fazem a barba.

Quando ele regressou do Canadá, muitos anos depois, foi visitar S. Pedro e não se reconheceu na nova topografia urbana da terra nem nas pessoas que agora faziam parte da sua população flutuante. O que viu foi grupos

de turistas, que também pareciam fantasmas, caminhar à toa pelas ruas de uma terra sem alma. Contaram-lhe que no dia em que a sua casa veio abaixo com a caligrafia da tabuleta quase desfeita pelo tempo, se ouviu à noite, outra vez, o clamor plangente da “Mocha”, em gritos tão fundos, acompanhados pelo uivar dos cães, que as pessoas se amedrontaram. Era como se uma lenta agonia estivesse a ter o seu epílogo.

Era S. Pedro Velho a despedir-se para sempre. ❁





ADRACES

Junte o útil ao agradável

Participe na Universidade Rural do 20º Aniversário da APURE, na Polónia, de 11 a 15 de Junho

Caríssimos leitores e amigos,

A APURE – Associação para as Universidades Rurais Europeias, ONG fundada em 1988, conta com membros de 15 países europeus e uma Universidade Americana, e tem por missão fundamental ser o apoio de uma rede europeia de educação popular que contribua para a formação colectiva dos agentes do desenvolvimento, constituindo-se como uma alavanca essencial aos processos de desenvolvimento integrado e global dos territórios rurais.

Promove sessões bianuais de encontro entre actores do desenvolvimento local, designadas URE – Universidades Rurais Europeias, para troca e cruzamento de conhecimentos, com o objectivo de contribuir para a criação de condições para a promoção da Ruralidade e para que, por toda a Europa, as populações dos meios rurais sejam participantes activos, com capacidade para se implicarem nos desafios do desenvolvimento e nas dinâmicas fundadoras de meios rurais vivos, competitivos e solidários.

As URE celebram este ano o seu 20º aniversário durante a realização da URE 2008, a realizar na Polónia, em Sucha Beskidzka, entre os

dias 11 e 15 de Junho, sob o tema **O Desenvolvimento dos Territórios Rurais Europeus. Educação, Cultura e Tradição: Uma Fonte de Inovação e Modernidade.**

Em meu nome e em nome do Conselho de Administração da APURE convido-vos, companheiros na luta diária em prol do desenvolvimento dos territórios rurais, a participar neste importante encontro europeu de culturas. A vossa presença será mais um contributo para reforçar empenhos e fortalecer compromissos de todos os que se envolvem directa e activamente na construção de uma Europa mais coesa e solidária.

Para mais informações visitem o nosso sítio Internet em www.ure-apure.org ou contactem o **Secretariado Permanente da APURE** através do e-mail: apure@adraces.pt ou para efectuarem a vossa inscrição visitem o sítio próprio www.urow.pl. ☼

Vila Velha de Ródão, Março de 2008

O Presidente do Conselho de Administração

Camilo Tavares Mortágua

PROGRAMA DA URE 2008

Sucha Beskidzka – Polónia · 11 a 15 de Junho de 2008

DATA	ACTIVIDADE	
Quarta-feira, 11 Junho 2008	Viagem de Lisboa até Cracóvia, com transferência até Sucha Beskidzka	
	Acolhimento dos participantes pela Organização da URE 2008	
	Jantar e <i>Soirée</i> Cultural	
Quinta-feira, 12 Junho 2008	08:00 - 09:00 Pequeno-Almoço	
	I.ª Sessão Plenária da URE 2008 · Política, tendências e esperanças para o desenvolvimento dos territórios rurais europeus	
	09.30 - 10:00 Abertura da Sessão Plenária por Maria Grzechynka (Organizadora local) e Camilo Mortágua (Presidente da APURE)	
	10:00 - 11:30	A Política da União Europeia em relação ao desenvolvimento do mundo rural e perante as tendências sociais e económicas contemporâneas, por um <i>Representante da Comissão Europeia</i>
		Problemas e ideias relativas ao Desenvolvimento das zonas rurais da Polónia, por um <i>representante do Ministério da Agricultura do Governo Polaco</i>
	11:30 - 11:45 <i>Coffee Break</i>	
	11:45 - 13:00	Intervenção de Gérard Peltre – Presidente do MER (Movimento Europeu da Ruralidade) e Vice-presidente do Comité Consultivo para o Desenvolvimento Rural da Comunidade Europeia
		Ateliers de Discussão
	13:00 - 14:30 Almoço	
	I.ª Sessão de Ateliers da URE 2008 · Visitas a experiências no domínio da cultura em meio rural (*)	
	14:30 - 17:00	A A contribuição do património cultural dos territórios rurais para a inovação e a criatividade: estudo de caso – Museu ao Ar Livre de Zubrzyca Górna
		B O turismo cultural – uma oportunidade para o mundo rural
		C As artes e ofícios tradicionais: uma possibilidade de criação de novos empregos (agricultura e artesanato)
D As festas, as tradições e as expressões culturais populares: uma oportunidade para o desenvolvimento rural		
Elaboração das conclusões dos diferentes grupos de trabalho		
19:00	<i>Soirée</i> Cultural: Jantar na Taberna Rzym com o espectáculo teatral “A Balada de Twardowski”	
Sexta-feira, 13 Junho 2008	08:00 - 09:00 Pequeno-Almoço	
	II.ª Sessão Plenária da URE 2008 · As dinâmicas locais e as inteligências territoriais: as respostas das regiões rurais da Europa	
	09:00 - 11:00	As experiências europeias para estimular a inovação em meio rural, por um <i>Representante da Comissão Europeia</i>
		A estratégia polaca de desenvolvimento dos meios rurais para estimular a inovação em meio rural, por um <i>representante do Ministério da Agricultura do Governo Polaco</i>
		As experiências polacas da implementação do Programa LEADER +, por um <i>representante da Fundação para os Programas de Apoio à Agricultura</i>
		A região de Malopolska como exemplo de inovação e modernidade das culturas rurais, por um <i>representante do Gabinete Voivodie Malopolska</i>
	11:00 - 11:15 <i>Coffee Break</i>	
	11:15 - 13:00	Apresentações das instituições estrangeiras sobre as suas experiências de Inovação em Meio Rural (Portugal, França, Hungria, Itália, Inglaterra, Roménia, etc.)
		Ateliers de Discussão
	13:00 - 14:30 Almoço	
	II.ª Sessão de Ateliers da URE 2008 · Processos, dinâmicas e organização territorial (*)	
	14:30 - 17:00	A O papel dos organismos educativos e associativos na dinamização do desenvolvimento em meio rural
		B A educação popular e informal na manutenção e evolução das culturas locais
C O papel das PME's na inovação do meio rural		
D A salvaguarda da pluriactividade das culturas rurais como decisão essencial para o futuro do mundo rural		
Elaboração das conclusões dos diferentes grupos de trabalho		
19:00	<i>Soirée</i> Cultural: Jantar no Castelo de Sucha Beskidzka – Festa e Arraial nos jardins do Castelo	
Sábado, 14 Junho 2008	08:00 - 09:00 Pequeno-Almoço	
	09:00 - 11:00	Síntese e balanço dos resultados dos ateliers da I.ª Sessão Plenária
		Síntese e balanço dos resultados dos ateliers da II.ª Sessão Plenária
	11:00 - 11:15 <i>Coffee Break</i>	
	11:15 - 13:00	Síntese dos resultados dos ateliers
		Debate
	13:00 - 14:30 Almoço	
	14:30 - 17:00	Conclusões gerais e leitura da Declaração de Sucha Beskidzka
Encerramento solene da sessão da URE pelo representante da Comissão Europeia		
19:00	Concerto	
19:00	<i>Soirée</i> Cultural: Jantar de encerramento no Hotel Monttis com música tradicional regional	
Domingo, 15 Junho 2008	Regresso dos Participantes a Lisboa, salvo quem optou pelo Programa Turístico Facultativo	
PROGRAMA TURÍSTICO FACULTATIVO		
DATA	ACTIVIDADE	
Domingo, 15 Junho 2008	Descida do Rio Dunajec em “jangada” com visita ao Castelo de Czorsztyn	
Segunda-feira, 16 Junho 2008	Os participantes poderão optar por três destinos diferentes: 1. Mina de Sal e Museu de Wieliczka e Bochnia; 2. Visita ao Campo de Concentração de Auschwitz-Birkenau; 3. Passeio pedestre pela montanha de Babia Góra	
Terça-feira, 17 Junho 2008	Excursão às montanhas dos Tatras e visita à cidade de Zakopane	
Quarta-feira, 18 Junho 2008	À descoberta de Cracóvia (visita guiada)	

Condições de Participação na URE



PREÇO	Programa Standard Turístico	Programa Standard Médio	Programa Standard VIP
	Alojamento em quartos de 3 a 4 camas	Alojamento em quartos de 2 a 3 camas	Alojamento em quartos individuais
Programa	200 euros	200 euros	200 euros
Pensão Completa	150 euros	150 euros	150 euros
Alojamento	60 euros	150 euros	250 euros
FORFAIT	410 euros	500 euros	600 euros

Nos preços referidos estão incluídos os *transfers* entre o Aeroporto de Cracóvia Balice até à cidade de Sucha Beskidzka

Preço do programa turístico adicional: 60,00 euros por dia, sendo que este custo compreende alojamento em função da opção efectuada, alimentação em pensão completa e ainda as visitas e excursões mencionadas no programa.

Todos os interessados em participar que não sejam sócios da APURE sofrem um acréscimo de 25 euros no montante total de inscrição no evento. ☘

Produtos típicos em Workshop



ADRACES

No âmbito das suas actividades de cooperação no Projecto “Rede de Cooperação Transnacional para a Comercialização de Produtos Locais e Turismo Rural”, a ADRACES realizou entre 12 e 16 de Março um Workshop Internacional subordinado ao tema “Produtos Típicos de Qualidade: Promoção e Divulgação – Canais de Distribuição e de Comercialização”, que decorreu em Castelo Branco e que contou com mais de nove dezenas de participantes.

O projecto de cooperação tem como fundamento o funcionamento de uma rede de cooperação transnacional para a comercialização de produtos locais e de turismo rural, integrando grupos de países pertencentes à União Europeia e de outros países que não pertencem ao território europeu. Do projecto de Cooperação Transnacional são parceiros Grupos de Acção Local de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Chipre.

No primeiro dia de trabalho realizou-se a Assembleia-geral do Agrupamento Económico Europeu (AEIE), onde, para além das formalizações inerentes, foram abordados diversos aspectos que se prendem com os novos projectos/novas candidaturas a apresentar pelo Agrupamento directamente à Comissão Europeia, sendo beneficiários finais a população dos territórios de cada sócio. O AEIE trata-se de um organismo juridicamente constituído que permite aceder directamente à Comissão Europeia na gestão e implementação de programas e iniciativas regionais comunitárias, sem ter de passar pelos países, trabalhando com redes temáticas europeias e colocando produtores e distribuidores em contacto com mercados europeus. Na reunião foi ainda discutido o alargamento da rede a novos parceiros de novos países.

No dia 14 de Março, decorreu o Workshop propriamente dito, dividido por dois painéis de discussão “Produtos Típicos de Qualidade – da Cultura Local à Comercialização

– as Opiniões dos Operadores, as Tendências do Mercado e as Futuras Abordagens” e “Redes de Comercialização Transnacionais, Inter-Regionais e Locais – Vantagens e Obstáculos”, dirigido a produtores e comerciantes do sector e consumidores dos países integrantes da rede. Pretendeu-se que todo o workshop constituísse uma oportunidade para a troca de experiências sobre os produtos típicos de qualidade provenientes dos diferentes contextos dos territórios rurais, de diferentes países e regiões da Europa, estimulando a necessária reflexão e busca de soluções que contribuam para valorizar a produção típica de carácter artesanal.

O projecto de cooperação transnacional “Rede de Cooperação Transnacional para a Comercialização de Produtos Locais e de Turismo Rural” destina-se a consolidar, promover e sustentar de forma crescente o fenómeno da cooperação local, interterritorial e transnacional criando uma massa crítica dos produtos locais capazes de ocupar cota no mercado, visando, em particular, o turismo rural e os produtos típicos agro-alimentares e artesanato utilitário-decorativo e intervenções pontuais de assistência aos produtores locais e operadores turísticos, e salientando a necessidade de oferecer um território turisticamente apetecível e capaz de satisfazer a exigência dos operadores no sector.

Paralelamente à sessão de trabalhos, os produtores puderam expor os seus produtos típicos numa pequena mostra, que acabou numa degustação dos mais requintados sabores que cada território, dotado de unidade e individualidade próprias, tem para oferecer.

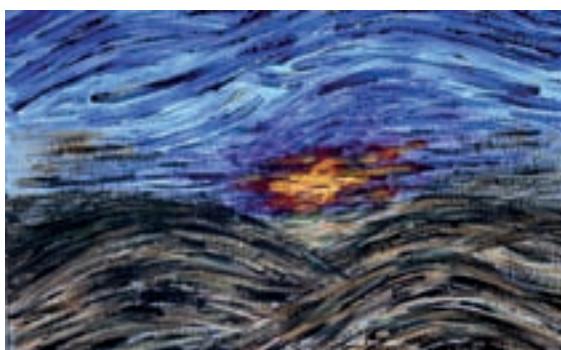
Na próxima edição da VIVER, dedicaremos particular atenção ao Workshop Internacional nesta mesma rubrica com a publicação das principais conclusões resultantes do encontro. ☘



ADRACES

ADRACES explora olhar fotográfico

Será talvez redutor afirmar que “uma boa imagem vale mais do que mil palavras”, mas é inegável que uma ilustração fotográfica cuidada é fundamental para conferir qualidade a qualquer artigo. Por esta razão, a ADRACES, na contínua senda de melhorar a VIVER, desta vez no que concerne à apresentação imagética da revista, realizou um Workshop de Equipamento e Técnicas de Fotografia, nos passados dias 16 e 17 de Fevereiro, destinado a todos os funcionários da associação. Durante dois dias, com orientação formativa do fotógrafo Pedro Martins, os técnicos lidaram de perto com o funcionamento de uma máquina fotográfica digital e aperfeiçoaram os seus conhecimentos teóricos e práticos nesta área. No final, as opiniões foram unânimes: estabeleceu-se uma relação mais familiar com as câmaras e os resultados das experiências revelaram quicá alguns talentos ocultos... 🌸



ADRACES

Pólos promovem exposição itinerante “Toda Pintada”

Numa iniciativa dos pólos de desenvolvimento local da ADRACES, a Beira Interior Sul abre os seus braços à cultura e acolhe no seu seio a exposição “Toda Pintada” de Margarida Moura Ferreira, uma pintora tomarense que vem sondar as interpretações pictóricas das suas obras aos olhos dos naturais desta Região.

Com uma visão essencialmente optimista, as suas mais de 50 telas a óleo e acrílico reflectem um jogo cromático intenso das auto-vivências e da sua relação com o mundo e com os outros.

A exposição foi inaugurada a 8 de Março no Centro Cultural Raiano, em Idanha-a-Nova, e seguiu caminho pela Zebreira, no mesmo concelho, onde esteve patente até dia 6 de Abril, e por Alameda, no concelho de Castelo Branco, até dia 20 de Abril. Para os interessados que não tiveram ainda oportunidade de visitar a exposição, a itinerância elege Penamacor como o seu último destino de apresentação por terras raianas. Os Paços do Concelho da vila acolhem o espólio da pintora de 22 de Abril a 9 de Maio próximo. A entrada é gratuita. Não deixe de comparecer. 🌸



Só não se pode passar pelo portão!

ADRACES

A identidade e imagem de um território como valores de promoção turística, numa óptica de Desenvolvimento Local

1. “O ENCADEAMENTO DAS COISAS”

- a) Sem um mínimo de práticas democráticas é difícil que possa haver **participação** generalizada das pessoas, na vida das comunidades;
- b) Sem esta participação... é difícil gerar **coesão** cultural, social e económica;
- c) Sem esta coesão... é difícil chegar-se a uma **consensual delimitação** dum Território LOCAL;
- d) Sem essa delimitação do local... não pode haver verdadeira **identidade territorial**;
- e) Sem essa identidade territorial... é difícil criar uma **consolidada imagem** do território;
- f) Sem uma distinta e prestigante imagem do nosso território... é difícil que os outros territórios **queiram cooperar** com o nosso.
- g) **Sem a cooperação dos outros...** o desenvolvimento do nosso território é impossível.

Ou seja, as práticas democráticas são o manancial de onde brota a seiva que nutre o Desenvolvimento Local.

É em relação a elas que todas as avaliações deveriam ser feitas. Partindo sempre do princípio que o seu grau de implantação e uso, constitui, em si mesmo, a melhor das demonstrações do desenvolvimento alcançado.

2. DAS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS: COMO DISTINGUIR O QUE SÃO OU NÃO PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS?

Como ponderar a relativa democraticidade de cada intervenção, enquadrando-a no seu próprio contexto e segundo o entendimento que cada interveniente tenha do conceito de “práticas democráticas”?

No contexto das organizações intervenientes em acções de D.L., as virtudes e mais-valias das práticas democráticas deviam ser demonstradas pelas suas atitudes e funcionamentos internos.

Se as atitudes, comportamentos e relações de trabalho não forem relações de participação, solidariedade, tolerância, discussão colectiva, partilha das informações, decisões consensualizadas democraticamente etc., então os técnicos e responsáveis intermédios destas



instituições dificilmente poderão ser mais do que meros gestores de instrumentos financeiros, sem consciente e fundamentada ligação a valores de referência capazes de qualificar e legitimar as acções desenvolvidas.

As entidades de apoio ao Desenvolvimento Local, no seu funcionamento, sob pena de se auto-negarem, não podem deixar de ser:

- a) Escolas exemplares de práticas democráticas, sob pena de nunca chegarem à coerência entre o que dizem (supondo que o dizem) e o que fazem, negando-se a si próprias como exemplos.
- b) Disseminadores da pedagogia da participação das pessoas nos processos de discussão, de concepção e decisão sobre todas as acções a desenvolver no seu “espaço-local” dando e demonstrando, assim, o conteúdo prático do valor das relações de proximidade.
- c) Incentivo para que cada pessoa possa sentir, através do exercício quotidiano da participação, que também é pessoa com quem os outros contam; que também pode participar das decisões; que também é um cidadão capaz de criar; que também tem responsabilidades (as que lhe advêm do exercício dos seus direitos).

- d) Exemplos do exercício da participação, para que esta prática desça concretamente até às Juntas de Freguesia, até às colectividades locais e dentro destas.
- e) Demonstrações de que tanto as entidades como os seus técnicos exercem constantemente, e em todas as situações, a pedagogia da participação e do respeito pelos princípios democráticos, junto de todas as pessoas com quem lidam, sejam elas governados ou governantes, ajudando dessa forma ao seu desenvolvimento pessoal.
- f) Que tanto colectivamente as entidades, como individualmente os seus técnicos, sejam capazes, no geral, de agir e influenciar os outros por actos e palavras, a agirem como cidadãos activos e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento.

Sabemos que atingir tudo isto pressupõe a concretização da **grande utopia...** claro que sim!

Porém, em todos nós e nas nossas organizações, algo de tudo isso já existe, por pouco e imperfeito que seja.

Devemos por coerência e sentido da responsabilidade, ter a coragem de reconhecer “o pouco que é” e a satisfação que apesar de tudo nos dá, pelo muito que esse pouco vale, dados os contextos da sua realização.

3. IDENTIDADE DE UM TERRITÓRIO

Mas, o que será a “Identidade de um Território? – Essa identidade existe e reconhece-se por um **conjunto** de especificidades ou características: geográficas, paisagísticas, climáticas, produtivas, patrimoniais, gastronómicas, religiosas, artísticas, lendárias, históricas, etc., identificadas e reconhecidas como próprias e comuns, pelos seus habitantes.

Conjunto que passa a compor uma só imagem – símbolo na qual todos se revêem e da qual todos os pertencentes a esse território se servem para, junto dos outros territórios, indicar a sua origem e localização e afirmarem a originalidade, bondade e valor das pessoas, das suas acções e comportamentos e a qualidade ímpar dos seus produtos.

4. A IMAGEM DO TERRITÓRIO

A imagem, quando resultante **duma identidade realmente existente e assumida internamente**, pode dizer-se que é “aquilo que servirá a formar a opinião dos outros sobre nós próprios e o nosso território, como entidade social diferente de outras”.

É através dela que nos apreciarão ou não. É através dela que escolherão ou não o nosso território como destino turístico e preferirão ou não os nossos produtos.

Quando a imagem é um simples aproveitamento de um facto isolado histórico ou religioso, do renome de um produto, de um monumento ou uma paisagem, etc., sem que isso seja reconhecido como património comum à maioria, é com certeza uma “imagem útil” a determinados sectores económicos, culturais, religiosos ou políticos, mas não é a “imagem da identidade do território”.

Há que reconhecer que, na maioria dos casos, não é possível ir além da criação de uma “imagem” deste último tipo, e que a criação de uma “Imagem consensualizada e assumida dum território” é um processo que requer persistente acção por períodos de tempo de 10 a 20 anos e mais, pouco adaptável aos interesses imediatistas dos ciclos eleitorais. ☼



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitanoque esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

Aldeia do Bispo (Penamacor) Conversa em dia

O Sítio do Batoco, assim como o largo frente à Igreja Matriz, são dois dos locais predilectos dos anciães de Aldeia do Bispo para porem a conversa em dia.

Nas tardes mais soalheiras sentam-se nos bancos junto da estrada principal ou jogam cartas no espaço especialmente construído para o efeito pela Junta de Freguesia local.

Num desses dias solarengos do final do Inverno passado, fotografámos um grupo de frequentadores daquele espaço de encontro. Entre eles encontrava-se o poeta popular Domingos Campos que conta 79 anos de idade. "Falamos sobre o passado e o presente. Recordamos os tempos de juventude. As coisas boas e as más", esclarece-nos.

No banco sentavam-se também o Ti Joaquim "Loscas" com 78. Francisco Pedro, oitenta e tal. O António Azevedo "Faquinha" de 79 anos. O Tomé Algarvio, setenta e tal, e o António Canudo com 80.

Ora, este "banco", idêntico a muitos outros no concelho de Penamacor, contraria o estudo apresentado, há uns meses atrás, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativamente a 2006.

Segundo o INE, na Cova da Beira e Beira Interior Sul, a esperança média de vida é dez anos inferior em relação ao Litoral do país, e aponta como média de vida 68,5 anos para o concelho de Penamacor.

Curiosamente, a média de 78 anos dos ocupantes deste lugar aprazível é bem significativa.

Salvaguardando os baixos rendimentos e o isolamento (que nos continuam a impor), a qualidade de vida é de longe superior a muitos outros locais do país.

Pena é que as condições não sejam tão favoráveis à fixação dos jovens, esses sim não se fazem cá velhos. Para esta situação o nosso poeta, a quem solicitámos um poema para "legendar" a foto, disse-nos:

"Para fazer uma poesia agora, tinha de ser um pouco à sorte. Isto só e faz lembrar que estão todos à espera da morte". ☘

Jolon





ADRACES

Salvaterra do Extremo

Uma mais-valia no desenvolvimento do Turismo Rural

Lindíssimas paisagens naturais e o Rio Erges, seu ex-libris, com predominância para a sua inédita e deslumbrante garganta rochosa, granítica, numa extensão de aproximadamente dois quilómetros e um desnível próximo dos 200 metros, onde habitam e se multiplicam uma diversidade de aves cinegéticas, que constituem o encanto de quem nos visita.

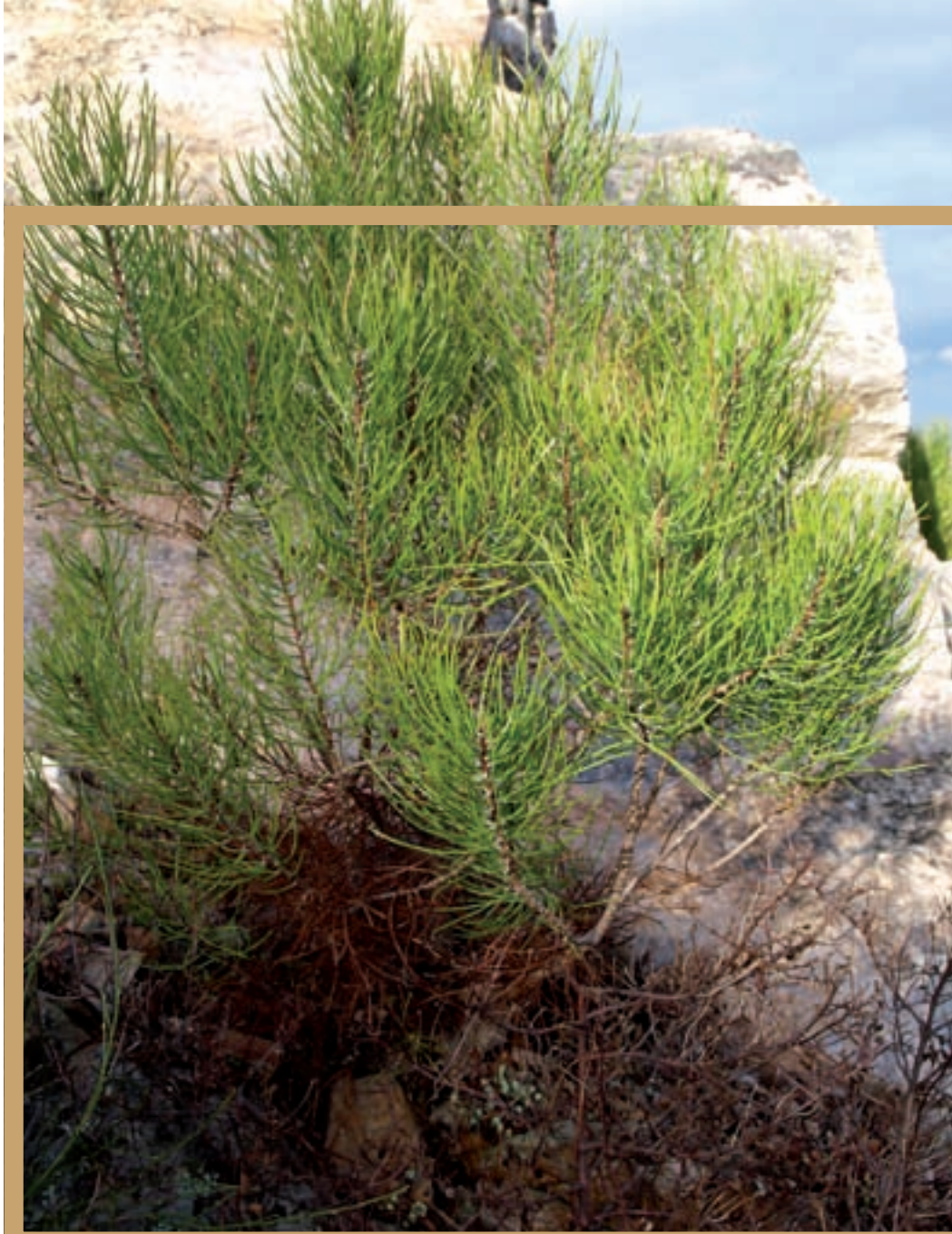
A Freguesia de Salvaterra do Extremo, por que detentora dum potencial patrimonial histórico/cultural/religioso/social, tem sido, nos últimos seis anos, considerada, pelas entidades oficiais com relevância empenhada pela Edilidade camarária de Idanha-a-Nova a nível turístico, uma mais-valia para o desenvolvimento do Turismo, tendo como motivos de atracção turística as suas lindíssimas paisagens naturais e o Rio Erges, seu ex-libris, com predominância para a sua inédita e deslumbrante garganta rochosa, granítica, numa extensão de aproximadamente dois quilómetros e um desnível próximo dos 200 metros, onde habitam e se multiplicam uma diversidade de aves cinegéticas, que constituem o encanto de quem nos visita.

Na continuação do que nos últimos anos temos vindo a realizar, vamos levar a efeito em 5 e 6 de Abril de 2008, a descida do Rio Erges em piraguismo/canoagem num encontro luso-espanhol, desde as Termas de Monfortinho até ao Vau de Idanha, em Salvaterra do Extremo, local onde se encontra um parque de lazer nos terrenos anexos ao açude, obra realizada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Esta obra acaba de ser melhorada com a instalação de um sistema de iluminação solar e vem contribuir para atrair pessoas a esta Freguesia, num evidente contributo para o seu desenvolvimento, progresso e bem-estar das pessoas, cujos naturais sentem cada vez mais orgulho de aqui terem nascido. O Executivo da Junta de Freguesia deixa expressos os mais sinceros agradecimentos ao Sr. Presidente da Câmara – Eng. Álvaro Rocha – extensivos à sua excelente equipa de vereadores.

Organizam a descida do Erges atrás referida a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, o Ayuntamiento de Zarza la Mayor, a Junta de Turismo de Monfortinho, a Diputación de Cáceres, a Junta de Freguesia de Salvaterra do Extremo, a Associação de Clubes de Canoagem da Região da Beira Baixa e a Federação Portuguesa de Canoagem.

Temos assim uma Freguesia a visitar e que bem merece o Estatuto de Freguesia Turística do Concelho de Idanha-a-Nova. ☼

*Salvaterra do Extremo, 3 de Março de 2008
O Executivo da Junta de Freguesia*



ADRACES

Vamos pensar juntos?

As perguntas que abaixo alinhamos são interrogações e ou afirmações que se ouvem recorrentemente quando se aborda a questão das culturas rurais.

Apelamos para os nossos leitores no sentido de pensarem e tentarem dar cada qual a sua resposta, cá estaremos para as publicar, de forma a que todos delas possamos beneficiar.

Qual a influência das «culturas rurais» na evolução das sociedades da UE a 25?

Ainda existem «culturas rurais» na Europa?

Até que ponto será verdade a afirmação de que os rurais europeus continuam a ser conservadores?

Quais as características comportamentais que, na actualidade, distinguem as culturas rurais das culturas urbanas?

A pluractividade dos rurais é ou não um factor de evolução/preservação das culturas rurais?

A televisão e as novas tecnologias de informação contribuem para maior equilíbrio entre as comunidades rurais e urbanas, ou para uma maior diferenciação?

Será que, como geralmente se afirma, os rurais europeus são mais religiosos que os urbanos?

A dita maior religiosidade dos rurais constitui um travão à sua capacidade de inovação?

Quais as principais alterações provocadas nas culturas rurais pela hiper mecanização da actividade agrícola e florestal?

Que associações se fazem à palavra RURAL relacionadas com o seu valor no ordenamento social, quer pelos que se consideram rurais quer pelos assumidamente urbanos?

As dinâmicas da globalização são contrárias ou favoráveis à sobrevivência da dualidade – complementar entre o Urbano e o Rural? ☼

O Diplomata do D.L. deixou-nos

Embora desde há algum tempo anunciada, a notícia do falecimento do Francisco Botelho entristeceu-nos! Lá se foi, esperemos que, em verdade, tenha ido “desta para melhor”, mereceu-o! Era um homem extremamente sensível às amizades e à solidariedade, sem disso fazer alarde!

Companheiro de muitas jornadas, em diversas ocasiões e contextos, nem sempre estivemos de acordo sobre os melhores métodos de intervenção para alcançar os objectivos dos projectos que em parceria procurávamos desenvolver. O Francisco era o exemplo da pessoa incapaz de deixar de cooperar por causa duma divergência de opinião. Não nos podíamos zangar com ele, isso ele não permitia, acima de tudo, o respeito e a boa educação. Mesmo que por vezes a sua bonomia nos irritasse, o seu sorriso sereno e muito calmo, logo nos predispunha a ultrapassar a irritação!

O tempo, que a ninguém perdoa, vai-nos levando a geração (da qual o Francisco fazia parte) que, com grande devoção e entusiasmo, lançou e acarinhou as práticas de Desenvolvimento Local no nosso País. Sabemos que o seu exemplo atraiu para este combate vários e bons jovens, susceptíveis de dar continuidade e aprofundamento a tais práticas, porém, estão feitas as provas de que, por muitos que cheguem de novo, os antigos continuam fazendo falta e o Francisco faz falta, não só àqueles que partilhavam de perto a sua vida, como a todos nós os envolvidos nas “teimosias” do Desenvolvimento Local em meio Rural.

Que lá para onde tiver ido, lhe acabe o sofrimento para que nele permaneça eternamente o doce sorriso, são as preces de toda a equipa da VIVER. ☘



ADRACES

Turismo e Desenvolvimento Local

1. Mercado do tempo. Na evolução da sociedade e da economia, é no sector do turismo que se tem operado a maior expansão e que se verificam imensas potencialidades de desenvolvimento. A seguir à revolução comercial, concretizada pelas sucessivas viagens que uniram as diferentes partes, povos e civilizações do planeta, foi o turismo que aprofundou tal processo de globalização económica, conhecimento social e diálogo cultural.

Na vertente turística confluem todas as dimensões. Nas trocas comerciais, comparam-se produtos, as suas características e funcionalidades de que resulta o seu valor, diferenciando-se e estimulando-se as trocas, os circuitos e os mercados. Ao valor base dos produtos, acresce a noção de valor social e cultural que nas diferentes civilizações as pessoas lhes atribuem, conforme têm mais ou menos tempo para os usufruírem. O tempo, no mundo dito desenvolvido, é ele próprio um produto de alto valor, na medida em que a crescente facilidade nas comunicações e as fáceis acessibilidades permitem preencher o tempo cada vez com mais usos alternativos. Gerou-se, assim, um mercado do tempo, do tempo livre, como agora se diz de forma apressada. O que há é pessoas com maior ou menor possibilidade e capacidade de serem livres, de terem tempo para se ocuparem e em actividades cada vez mais diferenciadas. O que há

é pessoas mais ou menos curiosas, com maior ou menor sede de conhecimento, mais ou menos acomodadas ao território onde nasceram e à rotina comum dos dias sem novos horizontes.

2. O mundo na nossa mão. E aí esta, crescendo cada vez mais a indústria do turismo, comandada por um mercado agressivo que parece poder oferecer o mundo na palma da nossa mão, desde que se tenha tempo e dinheiro. É o turismo que transforma em mercadoria os locais, as pessoas, os monumentos e os territórios a visitar. Neste tipo de indústria o que conta e o que é mais promovido são as mercadorias e os motivos de grande impacto. No cortejo dos apelos, inventam-se concursos e escalas para se graduarem as maravilhas e os produtos turísticos são promovidos em pacotes pré-formatados, que em muito condicionam o real conhecimento dos novos horizontes, bem como a afectuosa partilha dos valores e características culturais dos lugares e pessoas a visitar.

Contudo, a vontade de conhecer novos horizontes, novas experiências e de conviver com novas realidades sociais e culturais é muito forte nas pessoas. Assim, a vertente turística terá uma força económica, social e cultural cada vez maior.



ADRACES

3. Que bilhete de identidade? Em relação ao nosso território, quais serão as características ou factores que possam ser indicados como bandeiras ou cartão de visita? Que maravilhas temos que mereçam ser divulgadas e promovidas? Desde logo reconhecer a lógica do território sem qualquer complexo de inferioridade ou atitude miserabilista, mas, antes, valorizar as características de interioridade e de baixa densidade populacional, como recursos que podem fazer a diferença pela positiva: turismo cultural, de aventura, de natureza, de saúde, desportivo, de congressos e eventos. Dignificar e divulgar o território como mosaico de património natural e cultural, historicamente moldado por povos diferentes e sucessivas gerações que nos cabe usufruir e salvaguardar para as gerações vindouras. A par da valorização do que é nosso, e genuinamente nos diferencia, importa construir uma nova centralidade, colocando a região no mapa cultural do país e da península ibérica.

Assume aqui uma relevância estratégica a vertente **Marketing territorial**, a criação de marcas para produtos e serviços que consagrem as especializações do nosso território e dêem expressão aos laços de identidade. Para tal, a primeira condição passa pelo entendimento e colaboração entre os agentes económicos sociais e culturais, bem como as Autarquias, no sentido de uma plataforma comum de actuação e de representação conjunta. Cada entidade a actuar isolada, a valorizar o bairrismo e o protagonismo de vistas curtas, impede que se ganhe dimensão, massa crítica e eficácia.

4. O que valemos? Somos cada vez menos, com povoações cada vez mais envelhecidas e o território está cada vez mais enrugado em áreas que, por falta de ordenamento agro-florestal, apresentam traços de paisagem pouco humanizada. O que valeremos para os outros como apelo fundamentado de que vale a pena visitarem-nos, deve resultar do nosso grau de auto-estima, da qualidade de vida e da nossa capacidade em nos afirmarmos. Sobre quais são as nossas **bandeiras**, já bastante foi dito nos números anteriores desta nossa Revista sobre o mosaico de potencialidades das nossas terras. Partindo

das nossas áreas rurais, da actividade agro-florestal, da autenticidade do artesanato, da originalidade da gastronomia local, da pauta das tradições religiosas e culturais, da nossa história e seus vestígios monumentais, da rede de serviços e tecido empresarial que são âncoras das nossas vilas e cidades, não será possível gerar um pacto cultural de desenvolvimento?

Não seremos capazes de nos aplicar nos objectivos do Eixo 3 da estratégia de desenvolvimento local que enquadra os apoios da União Europeia (2007-2013): “diversificação da economia rural, incluindo para actividades não agrícolas, o incentivo a actividades turísticas e o apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas, visando o desenvolvimento do tecido económico”.

5. Que sinalização? O atravessamento mais rápido de um território de baixa densidade populacional e pobre de recursos naturais como é a nossa região, gera efeitos positivos, mas, também, negativos.

Para que as consequências negativas não se sobreponham, tem que ser acautelado a inserção da A23 numa estratégia de desenvolvimento. De facto, chegar ou passar por cá mais depressa não é tudo. Também facilita a saída. O chamado “efeito de túnel”, passando-se ao lado, não é positivo. A auto-estrada, como eixo de modernidade, pode e deve impulsionar o desenvolvimento local pela divulgação e escoamento dos nossos produtos e bens culturais. As **áreas de serviço** podiam ser montras privilegiadas para a divulgação do nosso património, das actividades e eventos locais. E um conjunto de placards verdadeiramente informativos e apelativos à visita das nossas terras? A sinalização rodoviária não o permite? Então e nas outras regiões em que existem tais placards? Há que rever a legislação sobre a sinalização turística rodoviária? Então porque não é feito? Não será que é importante? Ou só o é onde há muito grandes cidades e grandes interesses turísticos? ☼



To chuta stones na poolcinha mister Cuncas?

Tá-se mesmo a ver que o camone quer que lhe vão ao pêlo. Aparecem por aí uns passeantes, quase sempre solitários, com ares distraídos a olhar o “habitate” cá dos Cuncas (eles agora chamam-nos “atótones” para nos ofender), como se nós, lá por sermos calhaus, também sejamos burros! Mas... um dia destes, levam com umas cuncas das grossas na toutiço que nunca mais se alevantam (pensamentos do Abel em Cunquês).

– Mais do que palavras, eram estes os pensamentos do nosso estimado Abel Cuncas, enquanto rolava, empurrado por suave corrente, a caminho do mausoléu da Velha Cuncas sua tetra avó, jazente nas margens do Erges, a jusante dos moinhos de Segura.

Furioso... e inquieto, o nosso Abel lá continuava a pensar alto.

– Querem assustar-nos, é o que é! Agora que escapei das enxurradas destes dias chuvosos, nem queiram saber o que sofrem as e os Cuncas cá da nossa pouco amada BIS com estas correntezas cruzadas puxando em diferentes sentidos. O meu primo Belinho, o de Segura, é o mais sortudo, vive no leito calmo do Erges. O resto da família esteve quase a desaparecer! Por muito pouco que não éramos todos atirados para fora da BIS, para os lados, uns para a Cova, outros para a Serra, outros para o Pinhal, outros ainda, para o fundo do Geo Tejo... já pensaram! Se tivéssemos ido parar ao “Geo” engolidos pelo poço sem fundo do tempo! Lá se iam todas as nossas histórias para a boca e para os livros dos “camones”, esses que agora andam para aí a dizer que temos é de falar estrangeiro, porque os “Bisenses”, cá os das terras da AÇAFA e do Rei Wamba, não nos ligam nenhuma.

O meu tio Luzidio, que costuma rolar pelos baixios do Ponsul, até já nos veio dizer que agora é que vai ser bom... que se esperam uns milhões de chineses e de outros êzes que já não me lembro, para nos regalarem com muitas casquinhas de fruta e latinhas várias para ajudar a parar as correntes bravias e transparentes dos nossos bravios e limpos ribeirinhos.

Se não fossem as minhas eternas desconfiças nas “farturas anunciadas”, e a inesgotável confiança que deposito na força dos Cuncas e de todos os atótones (como eles agora nos chamam), preferia morrer já, a ter de ficar fechado nessa concavidade do parque Geo, guardado e regulamentado por interesses que podem não ter a ver com a minha sustentável felicidade.

Como a esperança é a última a morrer, e estas coisas do outro mundo ainda estão apenas anunciadas aos ventos das boas vontades, estejamos calmos, muitas outras ondas passaram por nós desde que da areia nos formamos e ainda continuamos a rolar!

Se nos tratarem com estima e consideração, talvez ainda possamos rolar todos para o tal GeoPark do nosso poderoso parente, a quem agora chamam de NATUR, como se alguém não soubesse que o seu nome, como o do meu cão, é, com Geo ou sem Geo, apenas e só... Tejo! E fica na fronteira sul da nossa BIS. ☘

Voosso incondicional servidor:

Abel Cuncas

Dos Cuncas da Beira Interior Sul – BIS



Nesta edição destaca-se:

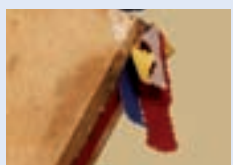


Tribuna da Cidadania

Octávio Catarino, um cidadão apaixonado pela sua Terra Enquanto o Octávio for vivo... O "Cobrão" viverá!

04

"No seu tempo de criança ainda a fábrica dava emprego a muita gente e sustentava a economia da Aldeia. Desde tempos antigos que as "águas cantantes" dos ribeiros e rios da Foz do Cobrão atraíram quem precisasse da sua força para fazer andar as rodas motrizes das fiações e dos moinhos. Nesse tempo a Aldeia chegou a ter quatrocentos habitantes, hoje não chegam aos 80, porém, o Grupo de Amigos da Foz do Cobrão – GAFOZ conta com mais de 400 associados".

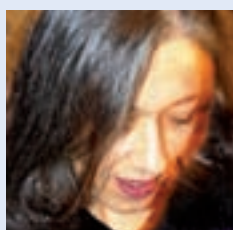


Grande Tema

Turismo e Desenvolvimento Local na BIS

10

"Turismo é: organizar, promover e vender e comprar a DIFERENÇA. Os turistas são pessoas que se dispõem a comprar momentos e sensações/emoções de vida, que sejam diferentes daqueles que constituem as suas rotinas quotidianas".

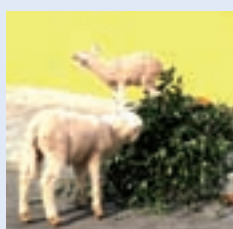


Ao Sabor da Pena

Portugal Raiano

26

"Esquecemos muitas vezes que o interior português, designadamente, alentejano, beirão e transmontano, afectado pela desertificação, poderia ter retirado mais-valias para o seu desenvolvimento das relações económicas com o país vizinho, se rentabilizasse os recursos óbvios da sua geografia e investisse nesta relação que é hoje de boa-vizinhança..."
Ana Paula Fitas



Teorias e Práticas do Desenvolvimento Local

A identidade e imagem de um território como valores de promoção turística, numa óptica de Desenvolvimento Local

37

"Há que reconhecer que, na maioria dos casos, não é possível ir além da criação de uma "imagem" deste último tipo, e que a criação de uma "Imagem consensualizada e assumida dum território" é um processo que requer persistente acção por períodos de tempo de 10 a 20 anos e mais, pouco adaptável aos interesses imediatistas dos ciclos eleitorais".